

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 666 e 667/2011 2

Atos Legislativos - Atas de Sessões Plenárias

Ata da 2062ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

Ata da 2063ª Sessão Ordinária na Íntegra 11

Ata da 2064ª Sessão Ordinária na Íntegra 19

Outras Publicações - Câmara Municipal de Bonfim

Resolução nº 009/2011 22

Ata de Reunião da Comissão Parlamentar de

Inquérito - Resolução nº 007/2011 em: 31/10/2011 22

Ata de Reunião da Comissão Parlamentar de

Inquérito - Resolução nº 007/2011 em: 03/11/2011 23

Ata de Reunião da Comissão Parlamentar de

Inquérito - Resolução nº 007/2011 em: 04/11/2011 24

Ata de Reunião da Comissão Parlamentar de

Inquérito - Resolução nº 007/2011 em: 09/11/2011 24

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO

Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 666/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO JOSÉ BRITO BEZERRA**, para a cidade de Fortaleza-CE, no período de 21.11 a 27.11.2011, aonde o mesmo participará do II Encontro Nacional dos Presidentes de Comissão de Turismo, bem como, visitará a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará com o fito de verificar projetos no âmbito tributário e levantar informações referentes ao ICMS e isenções para as empresas participantes de associações, com ônus para este Poder, no tocante a 05 (cinco) diárias.

Palácio Antônio Martins, 11 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 667/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ERCI DE MORAES**, para as cidades de Brasília-DF e Belém-PA, no período de 20.11 a 22.11.2011, aonde o mesmo participará de reunião da Diretoria da UNALE, em Brasília e contactará com membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, visando coletar subsídios a respeito da PEC que trata da Autonomia Administrativa e Financeira do Ministério Especial de Contas vinculado ao TCE/RR, na qualidade de presidente da Comissão Especial que examina a proposta, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA
**ATA DA 2062ª SESSÃO, EM 20 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA
SILVEIRA.**
(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Requerimento Para Criação de Frente Parlamentar Suprapartidária s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas.

- Requerimento nº 001/11, da Comissão Especial, Criada Através da Resolução nº 030/11, requerendo prazo por igual período para analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 005/11, de autoria de Vários Deputados, que dá nova redação ao § 2º, do art. 30, da Constituição do Estado de Roraima.

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Brito Bezerra, concedendo a comenda Orgulho de Roraima aos Senhores Antonio Selenieudo Vieira, Hélio Cavalcante Barbalho, Luiz Coelho de Brito, Idazio Chagas Batista, José Saraiva de Araújo Filho, Antonio Adberto Rezende Veras, Francisco Doan Rabelo do Nascimento, Antonia da Silva Pereira, Francisco Olivaldo Barbosa da Silva, João Derli dos Santos Peres e dá outras providências.

- Requerimento nº 003/11, de autoria do Senhor Deputado Naldo da Loteria, requerendo, após ouvir o plenário, prorrogação de prazo para funcionamento, por igual período, da Comissão Especial Externa, com o objetivo de acompanhar o Projeto de Reforma Política, em tramitação no Congresso Nacional e apresentar sugestões a serem incluídas no texto normativo, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

-Ofício nº 186/PRESI/TCERR, de 14/10/11, encaminhando o relatório de gestão fiscal do TCE/RR alusivo ao período de setembro

de 2010 a agosto de 2011.

- Ofício nº 064/2011/Gabn-TCE/RR, de 14/10/11, encaminhando cópias integrais dos TVT2011-10.018-01/2011-COEST- 01, 02 e 03, para fins de conhecimento e providências

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos oradores para Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Presidente, antes de chamar os oradores inscritos par ao Grande Expediente, gostaria de informar que foi lido por mim um ofício referente ao Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias integrais de solicitações documentais de 01, 02, 03 para fins de providências. Gostaria que Vossa Excelência despachasse esse documento direto à Comissão de Finanças para que ela se posicione em relação a essa questão, que trata de recursos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Está registrado e será procedido da forma solicitada por Vossa Excelência.

Está franqueada a palavra ao Deputado Flamarion Portela pelo tempo de 30 minutos.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou ser bastante breve. Ontem o senador discutiu a redistribuição dos royalties da exploração de petróleo, dos contratos já existentes, também do pré-sal. Foi uma sessão de longos debates, tive a oportunidade de assistir parte dela e resolvi então, através do gabinete da Senadora Ângela Portela, trazer algumas informações para o Poder Legislativo. Primeiro, o uso muito comum da expressão royalties, e royalties significa o compromisso financeiro para cobrir os passivos ambientais decorrentes da exploração do petróleo, em relação ao qual, o Brasil que teve a grande oportunidade de descobrir na camada pré-sal volumes expressivos de petróleo, com certeza, ao começar a explorá-lo nada mais justo do que partilhar isso com o conjunto da sociedade brasileira. Os 80% dos royalties, pagos até este anos de 2011 estão centralizados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santos. Então, o Senador Vital do Rego juntamente com o Senador Wellington Dias através de um longo debate, estabeleceu uma longa negociação, e após a elaboração do relatório substitutivo do Senador Vital do Rego, ontem, aprovado no plenário do Senado. O Relatório aprovado, agora, será encaminhado à Câmara. A previsão é que daqui a 30 dias, haja vista que o debate do Substitutivo, discutido entre as lideranças da Câmara também, portanto, há uma pre viabilidade da Câmara aprovar isso com maior rapidez de 30 dias, depois ir para sanção da Presidente Dilma para então valer essa partilha a partir de 2012. Deputado Mecias, queria que Vossa Excelência ouvisse isso aqui esta parte, são importantes esses números que eu peguei ontem. Roraima já recebe royalties de petróleo, talvez muitos de nós não saibam, mas recebe sim, é um valor ainda pequeno, mas recebe. Então, pesquisei os 5 maiores percentuais de transferências financeiras a partir de 2012 para os Estados brasileiros. O Estado mais beneficiado com essa nova redistribuição é o Estado do Amapá, vai ter uma elevação nas suas transferências de 1969%, ele vai sair de sete milhões e setecentos, em 2010, porque o relatório do Senador Vital do Rego pegou como referência 2010, é um exercício inteiro. Mas esse valor em 2011 não é diferente, haja vista, que o critério de 2010 permanece em 2011, somente a partir de 2012 que esse critério será diferente, mas o relatório dele tem como base a execução financeira 2010. Então, Amapá vai sair de sete milhões e setecentos para, em 2012, 159 milhões, novecentos e setenta e sete. Segundo lugar vem o Acre com 1796% de acréscimo, vai sair de oito milhões e novecentos para 167 milhões, setecentos e noventa e nove, em 2012. Terceiro lugar vem o Distrito Federal que é o valor bem baixo, mas percentualmente teve um acréscimo bem significativo. Distrito Federal recebeu, em 2010, dois mil, cento e cinquenta e cinco, e vai receber, em 2012, 36 milhões, trezentos e trinta e nova. Em quarto lugar vem Roraima. E, aqui, quero chamar atenção da comissão de orçamento, pois, com certeza esse valor ainda não veio consignado nem poderia vir porque a Peça chegou aqui em 30 de setembro e o projeto foi votado ontem. Só na Casa, é que o PLS 448 foi votado ontem no Senador, e vai voltar para a Casa, vai depender de sanção, mas, com certeza, até o início de dezembro isso deva ser lei, porque está tudo acordado. Roraima é o quarto Estado da Federação com o maior crescimento, nesta ordem, primeiro é Amapá, segundo é Acre, terceiro é Distrito Federal e quarto é Roraima, o crescimento das transferências de Roraima para 2012 será de 1.554%, Roraima vai sair de R\$ 8.0002.000,00 que recebeu em 2010 para R\$ 132.329.000,00, ou seja, a diferença vai dar R\$ 124.000.000,00 é a mesma coisa que dizer, aritmeticamente falando,

que o Estado tem um incremento em 2012 de R\$ 10.000.000,00 a mais por mês. E, em quinto lugar, vem o Estado de Rondônia com o crescimento de 1.433%, saindo de 10.300.000,00 para R\$ 158.700.000,00. Portanto, estou usando a tribuna hoje para informar que Roraima, assim como as outras Unidades da Federação, teve um ganho considerado justo. Pois esta riqueza é Nacional e deve ser distribuída para a sociedade brasileira, ela está beneficiando, em torno de 25 milhões de pessoas, das quais 20 milhões eram do Rio de Janeiro, e 5 milhões do Espírito Santo. Estados estes que eram detentores de 80% desse recurso, agora não, agora vai ser partilhado com todas as Unidades da Federação e, com certeza, o estudo do Vital do Rego não mostrou isso. Então, trarei depois aqui o valor que cada Município de Roraima receberá como benefício financeiro no exercício de 2012. Então, o incremento de Roraima, que teve a quarta colocação, é expressivo, saiu de R\$ 8.002.000,00 para R\$ 132.000.000,00. Portanto, a preocupação é fazermos constar na peça orçamentária, bem como do Plano Plurianual que está sendo debatido nesta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Flamarion, Vossa Excelência expõe com clareza a distribuição dos royalties do petróleo, e Roraima será o quarto maior beneficiado do Brasil com R\$ 132.000.000,00, cerca de R\$ 10.000.000,00 reais a mais por mês. E, ainda bem, que a minha preocupação não vai perdurar por muito tempo, é que este Governo continuasse aí, esse dinheiro iria entrar pelo ralo, iria desaparecer como desaparece o orçamento geral do Estado. Na terça-feira vou apresentar dados sobre quanto cresceu o orçamento do Estado este ano. O orçamento inicial do Estado de Roraima, aprovado pela Assembleia Legislativa, foi de R\$ 2.035.000.000,00, hoje, até setembro, o Estado já tem no seu orçamento R\$ 2.900.000.000,00, já tem, com a abertura de créditos, e estou fazendo um levantamento para trazer na terça feira, R\$ 865.000.000,00 a mais do que foi proposto no orçamento inicial do Estado. Além disso, R\$ 1.200.000.000,00 de convênios federais e emendas parlamentares, o orçamento hoje até o final de setembro passa de R\$ 4.000.000.000,00. E qual é o resultado que a gente vê com isso? Saúde precária, servidores do Estado reclamando, o Governador dizendo que não tem dinheiro para aumentar o salário, as estradas acabadas, o programa Luz para Todos não funciona, e os colonos continuam na escuridão. Observa-se um total descaso, os empresários reclamando que o Governo não paga, mas já foram liquidados e pagos R\$ 1.720.000.000,00 até setembro. Mas, na próxima terça feira trarei com mais clareza para ajudar no debate e tornar público à sociedade de Roraima, para onde de fato está indo tanto dinheiro e que as coisas que estão acontecendo em Roraima, “há fartura”, mas falta tudo, não por falta de dinheiro, é a má administração, é por incompetência, é por falta de gestão.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Mecias, vou lhe dar uma sugestão: o montante que foi liquidado e o montante que já está comprometido, através de empenho, faça o seguinte: divida 451.000 habitantes por doze só para saber qual é a nossa renda per capita. Se o Estado não estivesse fazendo nada, pegasse esse dinheiro e desse para as pessoas com idade de 1 ano a 150 anos, ou a idade que estiver no censo do IBGE, e veja quanto daria ao cidadão roraimense de mamando a caducando. Traga esse número que é importante, pois quando a gente diz aqui que Roraima tem a maior renda per capita do Brasil alguns nos questionam. E, isso, recentemente, o secretário Haroldo Amoras confirmou que Roraima é a terceira maior renda per capita, enquanto não vemos essa riqueza na mão das pessoas pelo contrário, 99% vive com dificuldade e 0,1% da população vive de forma pomposa. Então, é importante trazer esse número, porque a gente impacta e memoriza e é uma referência. Obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero complementar o seu discurso, Deputado Flamarion, a prova maior do empobrecimento da nossa população é a inadimplência em relação ao sistema de energia. As pessoas não conseguem sequer pagar a luz. E eu acredito que não é porque não queiram, mas é porque não têm dinheiro. O índice de inadimplência junto ao sistema de energia é extremamente elevado hoje no Estado.

Mas, Senhor Presidente, hoje, chamo a atenção para uma questão muito séria. Em 1998, foi aprovada nesta Casa a lei que dispõe sobre o incentivo fiscal para os empreendimentos agropecuários, participantes do projeto integrado de exploração agropecuária e agroindustrial do Estado. É a chamada lei 215. O que é que diz basicamente essa lei? Ela diz que os produtores que participarem da Frente de Desenvolvimento Rural e da Exploração Agropecuária e Agroindustrial no Estado de Roraima, criada mediante o Decreto 1934, ficarão isentos dos tributos

previstos na competência do Estado até o exercício financeiro de 2018. Portanto, essas pessoas não iriam pagar mais ICMS desde que aderissem a esse programa. Na semana passada a promotoria do patrimônio público entrou com uma ação contra o Estado para suspender os efeitos dessa lei. Mas por que uma lei que estava beneficiando tantos produtores, meu caro, Deputado Chicão da Silveira? A Deputada Aurelina conhece bem essa lei porque foi, inclusive, na gestão dela, como Secretária de Agricultura, que esta lei foi instituída. Mas antes de nós fazermos a conclusão e o debate do porquê da suspensão eu queria ler alguns tópicos da lei de uma forma muito rápida.

Diz, ainda, no seu artigo terceiro, a Lei nº 215: Os contribuintes devidamente selecionados pela Secretaria de Estado e Planejamento que satisfaçam as condições exigidas para terem o benefício do incentivo fiscal deverão requerer a isenção junto ao Governo do Estado, através da Secretaria do Estado da Fazenda, comprovando sua adequação à essa lei e seu registro no cadastro de contribuinte do Estado.

No seu artigo quarto, Deputada Aurelina, a aprovação do pedido para gozo do incentivo far-se-á por despacho conclusivo do Secretário de Estado da Fazenda e efetivar-se-á através de decreto na forma estabelecida no regulamento. Qual foi o problema que a promotoria do Patrimônio Público identificou? Que a lei não estava sendo direcionada para aquelas pessoas que se enquadravam dentro do escopo da lei. Estava havendo desvio. Pessoas que não se enquadravam dentro desse programa de produção de alimentos na frente de desenvolvimento rural de exploração agropecuária estavam se utilizando da lei para terem benefícios fiscais. Advogados, Deputado Flamarion, comprando carros para as esposas com isenção de ICMS, Deputado Rodrigo Jucá. Pessoas que não tinham nenhuma vinculação, nenhuma aptidão e que não tinham, sequer propriedades rurais estavam sendo beneficiados por essa lei. E isso fez com que a promotoria do Patrimônio Público entrasse com uma ação contra o Estado, e está coberta de razão. Agora, como isso é possível, se, para a pessoa ter o direito ao benefício, precisa da anuência e do despacho do Secretário da Fazenda do Estado. No mínimo, ele tem responsabilidade sobre isso. Então, terá que ser responsabilizado o Secretário da Fazenda, aquelas cooperativas que, por acaso corroboraram ou deram documentos falsos, dizendo que aquelas pessoas se enquadravam no programa, e responsáveis pelas cooperativas também têm que ser responsabilizados porque o Estado ficou fraudado. Além disso, a Promotoria do Patrimônio Público diz que o Estado não teria competência para o ato sem submeter essa lei ao CONFAZ, já que diz respeito ao ICMS. E tudo o que diz respeito ao ICMS, de acordo com a legislação tem que ser acordado no Sefaz e com o voto da totalidade dos membros. Portanto, se a lei dizia isso e ela tem vigência até 2018, e ela foi desvirtuada. Como é que ela foi desvirtuada, se teria que ter anuência do Secretário da Fazenda e da ASSEPLAN?

Nós vamos fazer um Requerimento, minha cara Presidente, para que a SEPLAN e a SEFAZ enviem para a Assembleia Legislativa a relação dos contribuintes e as entidades de Direito Público, como é o caso das cooperativas que tiveram direito aos benefícios para que a gente possa ter clareza do porquê do problema, onde pessoas que não tinham direito foram beneficiadas. O Estado perdeu receita. Isso é renúncia fiscal. E as pessoas que porventura se beneficiaram ilegalmente têm que recorrer aos tributos, e aos cofres estaduais.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Obrigada, Deputado, mas eu vou aproveitar só um pouquinho do meu tempo de aparte para dar boas-vindas ao nosso ex-colega, Deputado Estadual e ex-Presidente desta Casa, Airton Cascavel, que se encontra no plenário.

São muito bem-vindas as suas observações e não é de hoje que eu procuro dar um direcionamento um pouco diferente à Lei nº 215. Quando eu era secretária em 1997/98, não lembro bem, mas nós encaminhamos a Lei nº 215 que tinha um objetivo. As concessões diziam mais respeito à estrada, a terras, a energia e algumas isenções que fossem produzidas aqui por eles. E o objetivo da lei naquele momento era atrair investidores para o Estado de Roraima. Foi o auge da procura do Estado pelos investidores da área de agricultura, pelo pessoal da soja que quera se instalar aqui. E naquele momento foi criada essa lei com esse objetivo. Daí para cá, essa lei me, parece, foi regulamentada várias vezes, e fugiu muito do objetivo daquele momento ao se transformar. Vi a ação do Ministério Público, o Estado não tem autonomia para renunciar receita de forma nenhuma. Realmente, em alguns casos, tenho ouvido falar, estou colocando aqui, não é de agora, é ao longo do tempo, desde quando foi criada, logo em seguida começou a perder o objetivo inicial ao qual foi criada, chegando aonde chegou hoje. No meu entender, acho que a posição do Ministério é bem vinda, tem que ser revista, não a lei 215 na sua origem, mas o seu desdobramento. Eu não tomei pé do

que está sendo feito, sei que tem ação, tomei conhecimento da ação, porém posso falar que, quando foi criada, o objetivo era outro, em seguida começaram os decretos, mudanças, mudanças do rumo da lei, que foi perdendo o seu objetivo ao longo do tempo.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigado, Deputada Aurelina, as intervenções de Vossa Excelência são sempre bem-vindas. Mas está o ex Deputado Airton Cascavel, homem do agronegócio, com certeza, era um entusiasta da lei na época de Deputado nesta Casa. Infelizmente, meu caro Cascavel, hoje os produtores não vão ter mais a isenção que a Lei 215 previa, porque, ela foi totalmente desvirtuada e no meio do entendimento com anuência da SEFAZ e da SEPLAN que saiu abrindo para quem não se enquadrava dentro do programa. Essas pessoas tem que ser responsabilizadas. O Estado, agora, vai ter que buscar uma nova forma de mecanismo de fomentar a produção, vai ter que buscar o novo mecanismo e dar incentivo, do contrário, nós vamos continuar com o agronegócio de forma píflia, incipiente, causando sérios prejuízos ao Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Ionilson, estou favorável ao pronunciamento de Vossa Excelência. No meu pronunciamento, de um mês atrás, alertei que Roraima seria o único Estado do Brasil a não se submeter ao CONFAZ na aprovação das suas políticas de incentivos fiscais. Informo que o CONFAZ se preparava para aprovar e convalidar todas as políticas de incentivo fiscal e a guerra fiscal no Brasil, ou seja, todo Estado, que hoje tem a sua política de incentivo fiscal, levaria sua política para dentro do CONFAZ para consolidar. Infelizmente, Roraima não estava preparando nenhum tipo de medida para ser encaminhada ao CONFAZ. E eu trouxe essa notícia a Casa. Quero aproveitar o momento para reforçá-la, ainda há tempo, não só com relação ao agronegócio, mas em relação a todo segmento econômico de Roraima que tem vocação, como, por exemplo, a indústria madeireira e outros segmentos, conforme se sabe, podem competir, produzir bem, competitividade na saúde da mulher, indústria mineral, granito, enfim, tudo que temos aqui para produzir.

Quero me juntar ao alerta de Vossa Excelência para que se possa induzir à geração de emprego e crescimento econômico deste Estado uma política de subsídio, incentivo fiscal, que é fundamental. É importante que estejamos atentos a esse aspecto, e que possamos aproveitar bem as oportunidades que estão surgindo para o empresário do nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Obrigado, Deputado Rodrigo, inclusive, Deputado Brito, a lei que Vossa Excelência apresentou nesta Casa sobre a desoneração dos produtos da sexta básica, esta, sim, já está aprovada pelo CONFAZ em nível nacional, o que não acarretaria nenhum prejuízo se o governo tivesse boa intenção de fazer, ao contrário da lei 215, isso deveria ser trabalhado, como falou o Deputado Rodrigo, junto ao CONFAZ antes de entrar em vigor, até porque, no meu entendimento, ela entrou de forma ilegal.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Ionilson, sempre brilhante em suas colocações. Sobre a Lei 215, é interessante que se saiba que o Ministério Público Estadual foi provocado, mas não agiu de ofício quando ele entrou com mandato de segurança contra a Lei 215. Procurado por alguns produtores, entrei em contato primeiramente com seus Secretários de Estado da Fazenda para saber se era de interesse do Estado que a Lei 215 continuasse em vigor ou não. Segundo o secretário, sim. Então, eu procurei a Proge, o Procurador Geral Venilson, conversei com ele a respeito. Se já existia por conta de seu último dia para entrar com um prazo de instrumento para derrubar a liminar. Se o Estado já estava, através da Proge, entrando com um agrave instrumento. Ele disse que a única providência da Proge era entrar com uma ação trabalhando a não inconstitucionalidade da Lei, por conta de quê? Vossa Excelência há de convir que existe sim um acordo para que a Assesfaz no Confaz, onde existe um decreto, o 62/2003 que autoriza essas isenções fiscais no setor produtivo. A Lei 215 não é inconstitucional. O que aconteceu foi que a Secretaria de Estado da Fazenda dormiu no ponto, e não enviou para o Ministério Público o Decreto 62/03, solicitado pelo Confaz, que autoriza o Governo do Estado a dar essas concessões. Aí vem a pergunta: Será que foi proposital ou não? Isso me leva a pensar que é de interesse do Estado acabar com as concessões. O próprio secretário já tinha me confidenciado que alguns produtores, beneficiados com a Lei 215, estavam a abusar dessas concessões, compravam mais do que se produzia. Eu disse para ele: então regulamentar a lei. É questão de regulamentação, não é questão de você isentar ou punir todos os produtores por conta de um ou dois que estão af à margem da lei. Então, o Estado foi omissivo na Lei 215, quando, através da Secretaria de Estado da Fazenda, não enviou

o Convênio ao Confaz 62/03 que não teria ensejado num mandado de segurança pelo Ministério Público, e os produtores que estavam continuando com esse benefício. Obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - Isso mostra a desorganização do Estado, meu caro Deputado. O mais grave nisso tudo é que essas isenções são referendadas pelo Secretário da Fazenda e pelo Secretário de Planejamento. Você quer ter direito ao benefício, então tem que preparar toda uma documentação. Pessoa física ou jurídica vai na Asseplan, dá entrada e isso é publicado no Diário Oficial, vai para a Secretaria da Fazenda, cujo Secretário referenda. Então, se ele referendou quem não tinha benefício, o Estado falhou também na fiscalização e na própria concessão do benefício. Por isso que é importante verificar na lista quem foram as pessoas beneficiadas que saíram comprando carro para a mulher, barco, avião, tudo com isenção de ICMS.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Agradeço a Vossa Excelência por mencionar o projeto, de minha autoria, sobre a desoneração fiscal de ICMS da cesta básica. Existe, sim, um convênio autorizativo. E todos os outros Estados já fizeram uso desse convênio e desoneraram da cesta básica. Só em Roraima é que ainda não aconteceu porque não existe a boa vontade do Governo do Estado em colocar o pão de cada dia na mesa do que menos ganha, que menos tem condições financeiras.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. - E eu tenho dúvida que o Governo do Estado vai querer regulamentar melhor, criando mecanismos de aperfeiçoamento nessa lei para deixá-la com validade, pelo menos, até 2018. Eu tenho dúvida porque a sede de arrecadação deste governo é uma coisa sem fim.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Ionilson só para complementar o seu discurso a respeito da Lei 215. Ainda bem que o Ministério Público fez com que essa lei fosse extinta, uma vez que havia muitas distorções. Gente que não produzia nada, mas conseguia vender o produto e receber os incentivos. Mas o Governo tem hoje como fazer muito melhor, investir em estrada, pois nós não entramos em estrada de qualidade; investir em assistência técnica porque o homem do campo hoje é desassistido, pois, o homem não sabe como adubar, como plantar. Investir em eletrificação rural. Isso é investimento para o nosso Estado. Outra coisa é valorizar os produtos produzidos aqui no Estado. Se o Governo comprar o que o Estado produz para a merenda escolar, para a distribuição para os produtores, já é um grande incentivo. É muito mais incentivo e com certeza só vai ser beneficiado o que realmente produz. Então, esse é o caminho.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Deputado Ionilson, Senhoras e Senhores Deputados, eu classifico a 215 como uma lei essencial para Roraima. Essa lei, se não me falha a memória, é de 98. Pasmem, os Senhores e Senhoras, essa lei tem 14 anos. E só agora está havendo esse questionamento do Ministério Público. Mas eu reafirmo que essa lei é fundamental para o Estado de Roraima crescer e prosperar. Eu já disse algumas vezes e repito. Roraima não tem duas alternativas para enriquecer. Roraima não tem dois caminhos para prosperar. Ele só tem um caminho: extrair do solo a sua riqueza. Apostar naquelas pessoas, nos empreendedores que sabem fazer isso. Acredito que podem realmente fazer isso. Agora, Deputado Chagas, se há distorção na lei, se há desvio de finalidade, o sistema tem que corrigir isso. Eu não estou aqui apontando o dedo para ninguém, mas se existem falhas, vamos corrigi-las, não acabar com a lei. Acabar com a lei é acabar com o incentivo, como o Deputado Rodrigo Jucá falou. Nós precisamos de incentivo, bem como, precisamos de estrutura, como disse o Deputado Naldo, quer seja na infraestrutura rodoviária, de estocagem, na infraestrutura do sistema de energia elétrica. Precisamos de estrutura mínima para também fixar pessoas ao campo com qualidade de vida, com bem estar. Portanto, eu louvo a iniciativa de Vossa Excelência abrir esse debate aqui no plenário. Eu acho que nós não podemos, primeiro, porque para extinguir uma lei ela tem que vir para cá ou então ser declarada inconstitucional. E nós não podemos deixar de fazer um bom debate, e reafirmo, essa lei é primordial para o presente e o futuro do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. E nós chamamos atenção hoje na Assembleia Legislativa sobre esta questão Deputado Chicão, exatamente para isso, tenho certeza, que nenhum Deputado da Assembleia que ver a extinção dessa lei, acredito Deputada Aurelina, Vossa Excelência que tem muita experiência, já foi Secretária de Agricultura, essa lei inclusive foi da sua época, nós podemos aperfeiçoar, criar mecanismo de controle de fiscalização sobre ela para que a gente tenha controle e que o incentivo não acabe.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – quero pedir até para

que haja uma análise, existem vários decretos de regulamentação dessa lei ao longo do tempo, sugiro a necessidade em despertarmos o interessasse na pesquisa desses decretos.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Perfeito, para ver de que forma foi regulamentada e até onde se expandiu, por que coube esse questionamento do Ministério Público.

Aparte concedido ao Senhor Chicão Silveira – Deputado Ionilson, cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento, também, muito bem colocado pelo Deputado Flamarion. Essa lei é indispensável ao crescimento e desenvolvimento econômico do Estado de Roraima. Quando se fala de guerra fiscal, às vezes, vejo alguns projetos de leis, de iniciativa de alguns colegas Deputados, entram em debate, percebe-se a falta de conhecimento, pois só o CONFAZ pode entrar nas guerras fiscais, nós não devemos com a devida competência. Mas, na época, a desvirtualidade desta lei foi tão grande, eu debati, participei exaustivamente nesta lei, que era para atrair investidores e investimentos para este Estado. Foi naquela época que a soja estava se implantando em Roraima, a desvirtualização dessa lei foi tão grande que as pessoas de má-fé, usaram para comprar carros novos para si, para isenção de impostos, para mulher, filhos, foram muitos, tem gente no Estado que tem locadora de carros em decorrência da isenção dessa lei. É brincadeira tal prática! Então, tem que haver a uma regulamentação séria na aplicabilidade dessa lei, a bancada da qual Vossa Excelência faz parte, bancada ruralista é uma das poucas coisas que existem no Estado de Roraima de incentivo, estímulo à produção é a Lei 215. Portanto, é inadmissível que deixamos acontecer o que estão querendo fazer com essa lei. É preciso que tenha ordenamento que restabeleça o direcionamento da aplicabilidade dela em favor da produção no Estado de Roraima. Elogios a Vossa Excelência pela preocupação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Deputado Ionilson, acompanhei a questão da Lei 215, e a considero de grande importância para Roraima. Acontece que é preciso separar o joio do trigo. O objetivo da lei é muito nobre, incentiva gerar emprego, renda, de aumentar a produção em Roraima. Agora, tem pessoas usando desse benefício para compra de combustível pra fazer estrada. Imagine a desigualdade, uma empresa que vai participar de uma licitação que tem o benefício de isenção, já sai com uma vantagem com relação às demais. Então, não creio que essa lei fosse criada com esse objetivo, agora, a gente ver produtores de arroz como Ivo, seu Afranho, como outras pessoas que realmente necessita dessa lei para continuar produzindo, gerando emprego, renda do Estado, é uma lei importante que precisa continuar para o Estado de Roraima para gerar emprego e renda.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Agradeço os apartes dos Deputados Chicão e Remídio, e agradeço pela tolerância de todos. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não há mais orador para o Grande Expediente.

Temos marcado a convocação da reunião das Comissões Conjuntas para deliberar vários projetos que se encontram em pauta, em seguida a nossa sessão em comissão será transformada em Comissão Geral para recebermos com muita honra os participantes da Macha das Flores que tem como objetivo a reivindicação dos direitos das mulheres.

Está suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Atendendo a Requerimento aprovado anteriormente nós iremos transformar a Sessão em Comissão Geral, fica transferida a Ordem do Dia para a próxima Sessão. E, fica transformada a nossa Sessão em Comissão Geral.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede uma Questão de Ordem – Senhora Presidente, como o autor do Requerimento foi o Soldado Sampaio, gostaria que os mesmo ocupassem o assento na Mesa para que faça as honrarias da Casa.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Senhoras e Senhores, neste momento, a Sessão plenária será transformada em Comissão, Geral atendendo Requerimento n 054/11 de autoria dos Deputados Soldado Sampaio, Ângela Águia Portella e Brito Bezerra, registrada a ausência da deputada Ângela devido problemas de saúde.

Neste momento, a Assembleia Legislativa se associa à 1ª Marcha das Flores em prol da valorização feminina e da defesa dos direitos das mulheres de Roraima. Convidamos para fazer parte da Mesa a Senhora Adriana Cardoso, representando a Comissão Organizadora; a senhora Nani Braga, representante do Sindicato dos Agentes Comunitários da Saúde; Senhor Adalberto Santos, representando o colegiado das pessoas com deficiência e lideranças comunitárias; senhora Marga Leonor, representando a Confederação Brasileira das Mulheres; senhora Genira Bertold,

representante da Central dos Trabalhadores do Brasil; senhora Sherliane Lima, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação; Doutora Magnólia Rocha, Presidente da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

Queríamos dizer que a 1ª Marcha das Flores tem como objetivo a valorização feminina e a Defesa dos Direitos da Mulher Roraimense. E como a mulher é a pessoa que tem a preocupação geral com as questões da família e do Estado, vários são os seus posicionamentos que vão ser apresentados, gostaríamos também, ainda, dizer que fazem parte desse grupo a Marleide, representante da Pastoral da Criança; Maria do Socorro, representante do Movimento das Mulheres Camponesas; Maria Ferraz, representante da associação de luta por moradia digna; Luzia, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde; Francisca, representante do Clube de Mães do Jardim da Copafba; Elenir Maruá, representante das mulheres Ação e Resistência; Carlos Natrodt, representante dos Surdos de Roraima; Maria do Amparo, representante do Centro Integrado do Menor Carente; José Dias, representante da Associação Desportiva Cristal Futebol Clube; Edna, representante dos moradores do Bairro Santa Luzia; Manoel Ângelo, representante dos Povos Indígenas de Roraima; Eliane Oliveira do CONAN; Padre Jean Franco do CMDH; Carla Brito, representante dos moradores de aluguel; Fernanda, representante da União por moradia popular; Harlison Nascimento, Presidente da Associação dos Estudantes de Roraima.

Composta Mesa, esse grupo está em marcha que se chama Marcha das Flores levando seus posicionamentos e reivindicações. O grupo vem da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, e o próximo passo é a Assembleia Legislativa.

Franqueamos a palavra à Senhora Adriana Cardoso que representa a Comissão organizadora da 1ª Marcha das Flores.

A Senhora Representante da Comissão Organizadora da 1ª Marcha das Flores (Adriana Cardoso) – Bom-dia, cumprimento o Presidente da Mesa e demais Deputados. Queremos agradecer pela boa receptividade em prol da causa da Defesa dos Direitos da Mulher em Roraima. Em nome da Comissão organizadora da 1ª Marcha das Flores e em nome de todas as entidades que compõem este movimento, gostaria de ler a carta que foi entregue à Câmara de Vereadores reivindicando políticas públicas em prol dos direitos da mulher e também será entregue nesta Casa para apreciação dos nossos Deputados.

Passarei a ler a Carta da 1ª da Marcha das Flores:

Senhores, nós liderança sindicais, participantes da 1ª Marcha das Flores, vimos através do presente manifesto proclamar a nossa insatisfação diante da intolerância e da violação dos direitos da mulher roraimense. E confirmar o nosso incondicional apoio à luta que ora se inicia. Nós queremos destacar que a 1ª Marcha das Flores é um evento pioneiro na história da defesa dos direitos de Roraima, nunca houve uma manifestação como esta de mulheres e entidades reunidas em prol da defesa dos direitos da mulher.

Manifestamos as reivindicações que são clamores de vozes unidas em uma única causa, a luta social organizada pela valorização da mulher roraimense e garantia dos seus direitos a uma vida digna e respeitada.

Aproveitamos o momento para entregar a vossas mãos esta que são nossas reivindicações em nome das mulheres do nosso querido Estado, roraimenses e roraimados de coração. Mães, filhas e trabalhadoras, sabemos o que é nascer mulher em um mundo cheio de desigualdades onde temos que travar constantes lutas para a sobrevivência. Temos que lutar contra a discriminação racial, a discriminação de gênero, discriminação de classe social e principalmente contra a violência física e psicológica.

Nós salientamos aqui, diversas matérias que saíram nos meio de comunicação, aqui na carta constam os links para as nossas autoridades observarem e poder estar observando a realidade que entristece quem mora em Roraima. Então, são notícias diversas de mulheres que estão falecendo na maternidade por conta da precária estrutura, pois não existe parto humanizado, somente na propaganda.

Com relação ao combate ao câncer existe apenas um mamógrafo no Estado de Roraima. E temos que verificar se ele está funcionando, porque o aparelho de ultrassom não funciona.

As mulheres aqui em Roraima sofrem violência dos próprios alunos porque faltam políticas públicas eficazes para a juventude. São mulheres que estão vulneráveis ao tráfico de drogas, porque faltam políticas públicas para essa mulher ser inserida no mercado de trabalho e ter sua profissão digna. Então, nós queremos com este movimento da Marcha das Flores sensibilizar nossas autoridades, porque quando falamos em mulheres falamos sobre família, nesse sentido os direitos

sociais estão interligados. Não há como dissociar uma causa da outra. Por isso, devido a todas essas questões que estão salientadas nesta carta, não vou ler todas porque o tempo está limitado. Mas, estão aqui, todas descritas nessa carta, são propostas relacionadas à educação de qualidade, saúde integral à mulher e a famílias, segurança, combate ao tráfico de drogas e ao tráfico de mulheres, que em Roraima é crescente devido a fronteiras com outros países.

Nós queremos destacar aqui, o incentivo da mulher na participação política. Parabenizamos as nossas Deputadas que estão atuando nesta causa. Acrescentar, ainda, que foi entregue à nossa comissão uma carta dos representantes da Senadora Ângela Portela que ela também gostaria que fosse lida durante esta Audiência Pública.

Outra proposta que também está descrita nesta carta é a garantia de emprego e renda à mulher roraimense e habitação de qualidade, principalmente em relação aos sem-teto e as invasões que estão ocorrendo atualmente. Esta carta foi elaborada em conjunto com as entidades que compõem a 1ª Marcha das Flores, como mencionei. Quero destacar o nosso intuito para a criação de um fórum permanente de políticas públicas das mulheres. Então, agradeço o apoio de todos os Parlamentares e da sociedade em geral para construir esse fórum em conjunto.

Passarei a ler a carta da Senadora Ângela Portela:

“Senhores, em razão de compromissos assumidos em Brasília, das sessões, nas comissões e Plenário do Senado Federal, infelizmente não poderei comparecer à 1ª Marcha das Flores, programada para essa quinta-feira. A agenda parlamentar impõe que permaneçamos em Brasília pelo menos de terça a quinta-feira, como é sabido por todos os senhores. De qualquer forma, renovo o meu compromisso com os organizadores dessa mobilização e com todas as mulheres de Roraima em continuar trabalhando incansavelmente para superar muitos dos desafios que as mulheres ainda enfrentam no Brasil. O principal deles são os índices alarmantes de violência doméstica e familiar. Já conseguimos algumas conquistas importantes, como: a aposentadoria das donas de casa que atende imediatamente uma grande necessidade de mais de seis milhões de mulheres brasileiras que não tinham cobertura da previdência social. Avançamos muito na luta pela licença maternidade de seis meses para todas as mulheres, e na garantia de direitos trabalhistas integrais para as trabalhadoras domésticas.

Quanto à questão orçamentária, temos trabalhado para assegurar investimento na saúde da mulher, qualificação profissional, acesso à moradia, especialmente, para a construção de creches que, além do direito das crianças, permite e melhora a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Parabenizo os organizadores e todos os participantes da 1ª Marcha das Flores pela feliz iniciativa, lamento, porém não poder estar presente, cerrando fileiras nessa luta pela garantia dos direitos das mulheres. Aproveito para renovar o meu compromisso de continuar atuando de forma muito dedicada para honrar a confiança e o carinho das mulheres de Roraima”.

Então, é muito válido destacar o apoio da Senadora, como uma mulher roraimense, que está defendendo os direitos das mulheres no Senado. É um exemplo de Parlamentar. Também, é muito oportuno o momento da política brasileira, temos uma representante feminina como Presidente. E a segunda mais importante da política também é mulher, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Muito obrigada, em nome da 1ª Marcha das Flores.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Neste momento, a palavra fica franqueada ao Senhor Adalberto Santos.

O Senhor Representante do Colegiado das Pessoas com deficiência e Lideranças Comunitárias (Adalberto Santos) – Senhora presidente da Mesa, Deputada Aurelina Medeiros, Deputado Chicão da Silveira, Deputado Soldado Sampaio. Na pessoa do Deputado Flamarion, cumprimento os demais Deputados presentes. Senhoras e Senhores que compõem a plateia neste plenário.

Início a minha fala, comentando a presença de um homem na organização de um evento de mulheres. Durante a semana recebeu diversos questionamentos do porquê um representante do colegiado de associação de deficientes, um homem, compor a organização. E a resposta é muito simples. Sou filho de mulher, hoje não sou casado, mas já fui casado durante 13 anos, sou pai de quatro filhas mulheres. Essas mulheres fazem parte da minha vida, com certeza, todas elas são muito amadas, sem falar que no dia a dia no ambiente de trabalho, a gente está cercado pela figura feminina que demonstra sempre dedicação e competência no que faz. E quando nós falamos em garantia dos direitos das mulheres, é muito fácil você abordar a violação desses direitos, partindo do princípio básico que é a assistência à saúde,

quando nós temos dentro de um sistema político governamental que nem a existente em Roraima, nós percebemos que aquelas, que estão ao nosso lado, são totalmente deixadas à mercê. E se formos mais em frente abordando o tema educação, vamos ter ainda a tristeza maior, pois a essas mulheres muito pouco espaço é dado dentro deste sistema. E quando falamos de mercado de trabalho, temos um outro agravante. Sou da área de educação, vejo com tristeza este Estado cometer crime contra as famílias de Roraima, contra as mães que precisam de um ambiente seguro para deixar seus filhos, enquanto buscam ganhar seu sustento. E esse crime foi a transferência da responsabilidade pela educação infantil para o Município sem passar para o Município o mínimo de estrutura daquilo que o Estado tinha para aquele momento. Então, hoje, nós temos fora de sala de aula um grupo enorme de crianças na faixa de 4 a 6 anos, sem falar que de 0 a 4 anos nossas crianças na periferia estão totalmente largadas à mercê da violência, e com isso as mulheres mães, irmãs, avós, sofrem por não ter a oportunidade de verem seus filhos crescer com segurança, protegidos por este Estado que tem o dever de oferecer esta proteção. Indo mais à frente, abordamos outro tema muito crítico que é a questão da violência, através da prostituição infanto-juvenil e do tráfico de drogas. E, com tristeza, estive no presídio feminino realizando um trabalho com o presidente do programa Bolsa Família, e me assustei com os dados encontrados ali, mais de 95% daquelas mulheres que estão presas no nosso regime prisional é por causa do tráfico de drogas, como uma alternativa de sobrevivência para elas e suas famílias. Então, gente, precisamos acordar, senhores Deputados, precisamos olhar com mais carinho para aquelas que nos dão sustentação, enquanto no nosso dia a dia realizamos o nosso labor, precisamos olhar com carinho para essa figura sem a qual a nossa vida como homens não tem sentido. Precisamos repensar nossos conceitos de cidadãos olhando para essa figura da mulher que é o sustentáculo da família. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Neste momento, a palavra fica franqueada à Senhora Nani Braga – Representando o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde.

A Senhora Nani Braga – Representante do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde – Bom-dia a todos, bom dia à Mesa, aos Deputados, especialmente, ao Deputado Rodrigo e seus colegas, sou representante do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Endemias, onde 85% são mulheres, maioria chefe de famílias, sofremos assédio, pois trabalhamos com visitas domiciliares, de casa em casa, às vezes, chegamos a uma casa que só tem homem que não nos vêem como trabalhadoras e sim como objetos. Queremos respeito e a valorização do nosso trabalho. Então, venho pedir aos senhores para que analisem o projeto que temos de incentivo financeiro que já passou por esta Casa, pelo Senhor Governador, entregamos vários ofícios, mas, nunca fomos recebidos. O Deputado Sampaio está ciente do nosso projeto. Portanto, peço que pensem com carinho nessa classe de Agentes Comunitários de Saúde. Nós podemos alcançar metas que vocês nem imaginam, somos responsáveis por todas as produções que aparecem. Querem saber quantos tuberculosos têm? Quantos hansenianos? Quantas gestantes? Quantas adolescentes grávidas? Tudo isso, todos esses dados, somos nós que os obtemos através de nossas visitas. Em conversa com um Deputado, eu disse-lhe que a cada dia que passa mais cedo as nossas adolescentes engravidam, apesar de todo o nosso trabalho de prevenção, nossa luta do dia a dia, conversando, aconselhando, mas, cada vez mais difícil, mais casos aparecem, tem muitas mães que perderam o controle dos seus filhos dentro de casa. Tem um projeto na Carta que fala sobre um debate pode ajudar e auxiliar essas mães dentro de suas casas sobre sexualidade, sobre a criação e orientação do adolescente e da criança, cursos profissionalizantes para que elas possam ter sua renda, cuidar da sua família, trabalhar dentro de casa. Gostaria que vocês pensassem com muito carinho em todos os tópicos, ponto que a gente destacou para vocês. Todos aqui têm mães, mulher, filhas, então, pensem nas trabalhadoras como se fossem alguém próximos a vocês. Todas nós queremos respeito, queremos a valorização do nossos direitos. Quero agradecer a Casa por nos receber e nos apoiar nesta nossa caminhada que só está iniciando. Mas, vamos adiante pois queremos mais, queremos nossos direitos garantidos. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Neste momento, a palavra fica franqueada à Senhora Genira Bertold - representante da Central dos Trabalhadores do Brasil.

A Senhora representante da Central dos Trabalhadores do Brasil (Genira Bertold) - Bom-dia a todos os presentes. A Primeira Marcha das Flores tem um referencial muito positivo e nos faz

lembrar a Marcha das Margaridas da qual, por duas vezes, tive a honra de fazer parte, vinda do Rio Grande do Sul, como sindicalista, participando e defendendo a minha classe de trabalhadora rural. É um grande começo, parabéns pela iniciativa. Agora, gostaria de falar sobre a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil da qual sou Presidente, dizendo que não vamos ser repetitivos, pois tudo que se pôde dizer aqui, já foi dito e repetido por muitos de nós, de como a mulher é fragilizada todas as dificuldades que enfrentamos no dia a dia. É sem dúvidas, que precisamos de ação e de políticas realmente voltadas para as trabalhadoras. E agora aqui estou me detendo, como representante de uma Central que defende muito bem as nossas trabalhadoras, nós temos condições de dizer o que queremos. Agora, a forma e o espaço é que está muito difícil. Também, gostaria de deixar como mensagem para todas as mulheres, que é momento para virar a página, a nossa emancipação política nos coloca um preço e muitos gargalos a serem quebrados. A luta está só começando, principalmente quando visualizamos em uma situação, em um contexto, mais a nível nacional, voltando para a região norte, nós vimos que tudo está começando, e a emancipação política da mulher ainda nem começou. Não se resolve nada, nos escondermos atrás de uma legislação que exige a participação da mulher na política, não é só isso não. E o nosso País conhecido no mundo como uma fábrica de leis, não vai ser mais uma que vai resguardar o direito da mulher. Agora, voltando para o meu segmento, como trabalhadora rural, gostaria de dizer a você Deputados, que permaneceram no recinto, qualquer coisa que for dita sobre a dificuldade da mulher camponesa não vai estar nem de perto dando visibilidade da real situação da mulher do campo. Eu também sou Presidente de uma Cooperativa Agropecuária que trabalha com projetos sociais e que a maior parte das fornecedoras são mulheres, não que essa cooperativa seja de gênero. Mas, como os produtos precisam ter um aperfeiçoamento melhor acreditamos que a mulher, com sua sensibilidade e inteligência mais apurada, dê essa condição. Os cinco minutos nos concedidos, é muito pouco tempo para dizer como a mulher camponesa, principalmente, no Estado de Roraima, ainda está começando a fazer tudo. Nós gostaríamos que este fórum de discussão tivesse continuidade, as propostas aqui deixadas que fossem consideradas. Acho que precisam ser sintetizadas para que se obtenha um efeito maior. Estou, também, representando aqui, a pedido de muitos diretores e diretoras do SITRAN, que é o nosso principal e maior sindicato filiado à Central dos Trabalhadores do Brasil, tenho muita honra de dizer que presido essa Central Sindical e levo esse trabalho muito a sério, com muita responsabilidade, dentro da nossa cooperativa também. Vocês podem até perguntar, por que esta mulher gosta de ser presidente? Mas, o fato é que gostaria de não ser. Neste momento, gostaria de estar lá em casa cuidando dos meus leitões para que eles estejam prontos para serem entregues no mercado e receber o resultado, o fruto do meu trabalho. Mas, quando a gente olha para o lado vemos que a nossa responsabilidade cada dia é maior e nossos compromissos também o são. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Neste momento a palavra fica franqueada à Senhora Marga Leonor – Representante da Confederação Brasileira de Mulheres.

A Senhora Marga Leonor – Representante da Confederação Brasileira de Mulheres. Bom dia, Deputados, plenária, faço parte da Confederação das Mulheres do Brasil, represento o Estado e estou engajada nesta marcha com pessoas que estão lutando por uma melhor vida para as mulheres deste Estado e conto com a presença de todos. Já bati em muitas portas, mas nunca fui atendida. Espero que, a partir deste momento, desta marcha, que haja uma melhor valorização. Agradeço a todos os colegas, e espero que tenha uma reciprocidade em função do nosso trabalho e desse processo todo de engajamento ao que a mulher está precisando no nosso estado. Um bom-dia e obrigada.

A Senhora Sherliane Lima, Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – Bom-dia a todos, a presidente da mesa, Deputada Aurelina, aos demais Deputados presentes, estou aqui representando os trabalhadores em educação do Estado de Roraima, façam-se saber que temos trabalhadores em educação hoje que recebem menos do que um salário mínimo, concursados, isso é uma violência gravíssima, principalmente, aqui em Roraima, os técnicos que ganham quatrocentos e poucos reais com uma complementação do salário mínimo. Isso é inconstitucional, com os descontos, o salário fica quatrocentos e noventa e sete reais, isso prova em contracheque. Desde do Concurso de 2002, quando esse salário equivalia a dois salários mínimos.

Quando se fala em trabalhadores, trabalhadores em educação, falar de violência tem que passar por todos os setores da administração

pública, porque uma servidora ao levantar para ir trabalhar, ela já começa a sofrer violência, porque ela não tem onde deixar os filhos. Então, há falta de creches.

Outra coisa, para chegar ao seu trabalho enfrenta violência no trânsito. E, em Roraima, parece que o trânsito está de pernas para ar. Então, a gente começa a se preparar para chegar ao local trabalho, já no seu trabalho, encontra escolas com má funcionalidade, assédio, violência através dos alunos, pois não há uma política para juventude no Estado de Roraima, entre outros aspectos, como a merenda escolar, como hoje a Folha de Boa Vista publicou que o nosso Sindicato tem semanalmente verificado que as questões não mudam, continua sendo servida merenda estragada. Isso é uma violência. Com que segurança vou deixar o meu filho na escola, sabendo que ele pode chegar em Casa com uma infecção intestinal? Eu, como muitas pessoas, podemos pagar o lanche do filho. Mas é minoria. Crianças na escola têm o lanche que é o único de referência que elas vão ter de qualidade será a merenda escolar. Isso é uma violência diretamente ligada à mulher, quando chega em uma unidade de saúde, não tem como fazer exames., não tem medicação. Eu, várias vezes, tentei fazer tratamento dentário dos meus filhos e meu, e não consegui em lugar nenhum, nem na rede municipal, muito menos na estadual. Isso é uma violência gravíssima. Tenho certeza que todos os Deputados, aqui, presentes, sabem o papel de fiscalizar, e os Sindicatos estão aqui para cobrar. E eu, como Departamento de mulheres, estou engajada nesta luta, seja qualquer organização que for em defesa da mulher que estarei lá. Eu, como mulher, sei a violência que tenho sofrido, eu sinto na pele a vergonha de ser mulher, porque sei que vou ser maltratada nas diferentes áreas.

Estamos lutando por espaços, equidade, paridade, porque aqui mesmo, temos apenas uma Deputada presente, e quantos homens? Mas as trabalhadoras efetivas, como a colega colocou, na área da saúde, da educação, a maioria é mulher, mas cadê as políticas públicas efetivas para mulher? O sindicato está aqui para isso, para cobrar. Portanto, juntos vamos fazer essa caminhada, juntos vamos buscar soluções, e vamos conseguir mudar, muitas mulheres já morreram para isso. Este ano participei em Brasília, da Marcha das Margaridas, fomos 10 educadoras para participar e conhecer a história da Margarida Alves que morreu, brutalmente, assassinada porque defendia a luta pela terra, por uma educação de qualidade. É dessa forma que muitas de nós estamos morrendo. Muitas pessoas têm tentado matar os nossos sonhos, a vontade de estudar dos nossos filhos. Muitas estão morrendo. Mas, muito será mudado a partir desta marcha, mais flores virão para esse jardim. Muito Obrigado.

A Senhora, Doutora Magnólia – Cumprimento todos os nossos Excelentíssimos Deputados, em nome da nossa Presidente, Deputada Aurelina Medeiros. Representando, aqui, a Liga Roraimense de Combate ao Câncer, como o nome diz. Vocês sabem que venho brigando por esta causa há 19 anos, mas desde que eu cheguei neste Estado há 27 anos, venho trabalhando, desenvolvendo ações que priorizem a promoção da saúde, a prevenção do câncer que não é nenhuma novidade porque é uma doença que hoje o mundo está se preocupando, haja vista, que a nossa presidenta Dilma foi a primeira mulher a fazer abertura de uma Assembleia Geral da ONU, onde o principal objetivo foi fortalecer o mundo, os países, todos juntos, criar estratégias para enfrentar doenças com os maiores fatores de risco que ceifam vidas de mulheres e homens de forma geral, causadas pelo câncer e doenças cardiovasculares.

Fico preocupada não apenas, que esta iniciativa partiu de três Deputados desta Casa, Ângela, Soldado Sampaio e Brito Bezerra, mas em um evento com tal finalidade, constasse presença de tão poucos representantes. Temos na Casa 24 Deputados representando o povo deste, segundo a gente sabe, no nosso Estado, mais de 50% são mulheres. Fico até triste de labutar neste Estado, há 27 anos, e encontrar tão pouca participação de Deputados que estão aqui eleitos por nós.

É desanimador, saber que a realização deste evento foi iniciativa da própria Casa, fico decepcionada de saber que nós temos uma Comissão de Saúde, a qual aqui represento, e só encontro um representante da comissão desta Casa, o Deputado Remídio Monai. Quer dizer, tenho certeza, acreditando que o povo de Roraima quando elegeu os 24 Deputados tinha conhecimento de quem estavam elegendando, e se os elegeu, foi para lutarem pelos direitos de todos e principalmente das mulheres.

Eu fico triste também de estar nesta Casa pela segunda vez este ano, participai da Primeira Conferência da Saúde aqui, onde nós nos manifestamos na frente do nosso Governador a respeito da situação do câncer de mama, que as mulheres tentam detectar, diagnosticar precocemente o câncer. Mas que alimentam os filhos, enfim todas as pessoas, inclusive, os homens já foram amamentados. Esse cuidado é

imprescindível, porque sem as mulheres saudáveis não existirão os homens. Então, quando o nosso colega Adalberto disse que estranhou apenas um homem na comissão, essa comissão deveria ser só de homens, porque sem as mulheres não existiriam os homens.

Então, nós, aqui, precisamos ser defendidas quanto à nossa saúde, assim como a dos homens também. Represento a defesa de projetos que promovem a saúde, a prevenção do câncer que também ceifa vidas de homens, como o caso do câncer de próstata que é o câncer que mais afeta o sexo masculino.

Parabenizo os três Deputados que tiveram a iniciativa de promover a Audiência da primeira Marcha das Flores. Deixo aqui a minha palavra em nome da Liga Roraimense de Combate ao Câncer, instituída em 11 de setembro de 1992, com o apoio desta Casa, atuamos há 19 anos, não são dias batendo na mesma tecla. Na liga há pacientes que esperam há três anos para fazer uma reconstrução mamária, já aprovada, já vieram recursos, e nós poderíamos ter lei para garantir isso. Declaro aqui a minha insatisfação, a minha tristeza por não contar com os nossos representantes desta Casa, ou pelo menos a maioria. Solicito aos que estão aqui, por favor, trabalhem em cima de projetos que venham realmente beneficiar a nossa população, é enfrentar o grande mal. O mundo está desenvolvendo pesquisas, estudos no combate ao mal e às doenças. Isso não é Boa Vista, não é Roraima, não é o Brasil que estão se reunindo para enfrentar os maiores fatores de risco que ceifa vidas de jovens pelo consumo excessivo do álcool, o tabagismo, alimentação não saudável, o sedentarismo. Deixo aqui essa mensagem, e clamo para que vocês, nossos representantes, trabalhem junto com a Comissão de Saúde, enquanto, lamentavelmente, apenas um representante presente. Venham trabalhar em cima de projetos, cobrem dos nossos governantes, dos nossos gestores projetos que venham realmente contribuir com a saúde, promovendo a saúde e prevenido as doenças. Obrigado.

A Senhora Elda Soares – Bom-dia a todos, meu nome é Elda, moro no Pintolândia. Revindicações são muitas, se eu fosse pontuar, levaria bastante tempo. Mas vou colocar para o lado da educação. A minha reivindicação é a criação de políticas públicas realmente voltadas para a mulher, principalmente para aquelas na faixa de 45 anos. Observo muito mulheres sem oportunidade de trabalho. Coloco aqui a criação de um CEFET, emenda da Senadora Ângela, que viria beneficiar mulheres. Agradecemos muito essa medida. A falta de qualificação se reflete no alto índice de crimes, mulheres presas pelo tráfico de drogas. As mulheres são levadas a essa prática pela sua condição social. É difícil, hoje, ver uma pessoa de baixa renda ter dignidade neste País. Há 18 anos estou em Roraima, comecei a estudar desde a primeira série, tive que voltar tudo para hoje estar cursando Pedagogia. Depois de cinco vestibulares consegui entrar na Universidade Federal, sou acadêmica de letras. A minha vida é de muitas lutas, nem todo mundo tem essa perseverança, o que fazer quando a educação não é prioridade dentro de um Estado, depois do pão, vem a educação que é o segundo alimento de um povo, o que fazer? Que políticas públicas são essas para as mulheres? Vejo isso com muita preocupação, o tanto de mulheres que estão sendo presas pelo tráfico de drogas. E o que está sendo investido para que elas não cheguem lá? É triste ver a situação em que o meu bairro hoje se encontra, o tanto de alunos nas escolas, cuja mãe está na penitenciária, não é fácil. Não tem creche, e essa é uma das grandes violências que se enfrenta pela falta de oportunidade. Gente, mais dignidade com a merenda escolar das crianças. Muitas Crianças infelizmente vão para escola, não para estudar, é triste, mas é real, elas vão para lá para comer, isso dói em mim. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Agradeço a Elda, e franqueio a palavra àqueles que desejam fazer suas colocações.

O Senhor Deputado Flamarion Portela- Para que a gente assuma esse compromisso, que vocês nos cobrem, que percentual desse recurso, doutora Magnólia, destinada à saúde, por exemplo, seja focado exclusivamente na saúde da mulher. Nós podemos fazer isso, mas só vamos fazer se a gente pressionar, se vocês quiserem que a gente faça, porque qualquer Parlamento, não o de Roraima, é o Parlamento brasileiro, é o Parlamento mundial, que vive em perfeita sintonia com as cobranças sociais e com a organização do nosso povo. Portanto, o meu entusiasmo, a minha alegria diante deste movimento, e dizer que ultimamente também a Ângela anda feliz e radiante. Ela apresentou uma PEC para a aposentadoria das donas de Casa, na Câmara Federal. Depois foi uma PEC, um MP para o Congresso Nacional, que ela juntamente com a Senadora Gleise Rossi e a Senadora Ana Rita, do Espírito Santo, todas do PT, apresentaram uma emenda já trabalhada com o Palácio do Planalto e com a Previdência para a

aposentadoria das donas de casa. A aposentadoria das donas de Casa já é lei, é real e as donas de Casa que cuidam do filho, do marido, do lar, não tinham a oportunidade de ser acobertadas pelo regime geral. A realidade, agora mudou, cada dona de casa pode se aposentar, pagando simplesmente 7,50/mês, ter todos os benefícios do regime geral da Previdência Social. É uma conquista coletiva para as donas de casa, brasileiras, que não tinham a oportunidade de ter esse amparo, da mesma forma, a licença maternidade que vocês conhecem. Então, o meu abraço fraternal, a minha admiração e o meu respeito pela luta de vocês, que ela seja crescente para reivindicar aquilo que é de vocês, de fato e de direito. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira- Senhora Presidenta, Deputada Aurelina Medeiros, Senhores Deputados. Deputado Flamarion, a emoção de Vossa Excelência, sem dúvida, é sinônimo de amor ao próximo, Vossa Excelência consegue se emocionar e emocionar a gente. É por isso que somos devotos de Nossa Senhora Aparecida. Cumprimento todas essas mulheres, que deixaram suas obrigações, seus afazeres, seus interesses particulares para erguer essa bandeira, que é do desrespeito, da desigualdade, em favor dos que não têm voz nem vez.

Dona Janice, a senhora apresentou algumas considerações sobre a mulher camponesa. Deputada Aurilena, eu vim da roça, de uma família grande, de muitos irmãos, família muito pobre, conheço as dificuldades. Não sou de frequentar festas da elite, eu sou do povo mais humilde, mais pobre, convivo muito com esse povo. Entendo o quanto é triste, uma mãe que mora lá na roça. Há um diferencial muito forte entre mães que moram na capital, o sofrimento é maior por não ter muitas vezes dinheiro para comprar um lápis para o seu filho, você não imagina o quanto isso é destruidor na alma de uma mãe, quanto é doloroso no coração de uma mãe.

Cometem-se às vezes, alguns pecados, muitas vezes, irreversíveis. Na vida pública, também cometemos o pecado de não fazer uma reflexão, a respeito da mulher, da mãe, da esposa, das netas, para ter políticas públicas de maior consistência, voltadas diretamente em defesa e interesse das pessoas mais frágeis, umas mais do que as outras.

Eu queria fazer uma menção, Deputada Aurelina, fiquei triste, quando a senhora falou sobre professores que ganham abaixo de um salário mínimo. Os deputados Rodrigo e o Brito são advogados, doutora Magnólia é médica, todas as formações passam pela escola.

A transformação de uma nação acontece através do conhecimento, da informação e da educação. Nós não podemos permitir, que essa situação continue. Lamentei, quando a Senhora nos deu essa notícia. Nesta primeira Marcha das Flores, manifesto o meu desejo de ter o privilégio, a honra, de ser convidado antecipadamente para abraçar essa causa, seguir fileiras, levantar essa bandeira não só no discurso, no pronunciamento, mas com força de alma e de espírito. Que Deus abençoe a todas vocês, ilumine e dê forças para sua família, para que vocês possam dedicar o seu tempo em defesa das mais frágeis. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra- Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em nome da senhora Adriana Cardoso, cumprimento os componentes da Mesa, cumprimento os que estão nesta luta em prol dos seus direitos reconhecidos pelo poder público. Observou-se na exposição da doutora Magnólia, que todas as demandas, todas as reclamações apresentadas dizem respeito aos direitos fundamentais. Ouvimos sobre a educação, saúde, a necessidade de respeitar a integridade da mulher, física e moral. Isso está ligado à segurança. Portanto, nada mais justo do que os direitos fundamentais, que são constitucionais e assegurados por lei, serem respeitados. Não deveríamos sequer ter a necessidade de cobrar, porque na Carta Magna de 1988 foram assegurados os direitos fundamentais. Como é lei, deveria estar sendo efetivado de maneira ampla, de maneira a atender a todos.

Gostaria de ressaltar a necessidade de valorização do nosso setor produtivo, fundamental ao engrandecimento econômico do nosso Estado, na formação de uma outra matriz econômica, colocada, me engano, pela Senhora Janira Bertoldo, representante do movimento das mulheres camponesas.

É muito importante valorizar o setor produtivo, sem esquecer, é claro, em especial, as mulheres que desempenham as suas funções no setor produtivo, setor que sobrecarrega o físico.

No tocante à merenda escolar, a dona Elsa cobrou respeito com os nossos jovens. Que nós possamos respeitar os jovens de hoje, para que, no futuro próximo, eles também respeitem os jovens da época.

Senhora Presidente, Senhoras do movimento, o Senhor que participou junto, gostaria parabenizar o movimento, engrandecer a atitude positiva, que todos demonstraram na primeira Marcha das Flores, realizado no sentido de cobrar a efetivação dos direitos das mulheres do

Estado de Roraima. Parabéns, esta Casa tem a obrigação de pleitear todas essas demandas. E sempre que eu for solicitado estarei junto, para efetivar todo esses direitos. Parabéns a todos do movimento.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá- cumprimento a todas da Mesa, em nome da doutora Magnólia, da Nani, cumprimento a todas que estão envolvidas nesta marcha, os autores do Requerimento para esta Comissão Geral.

Quero dizer que ao longo deste ano, a Assembleia tem assumido diversos compromissos com segmentos importantes, com setores prioritários, assumimos compromissos com diversas áreas, com a saúde, durante o simpósio da saúde, com o trânsito no simpósio do trânsito.

A hora de mostrar se agente tem compromisso com estes segmentos é na votação da LDO, está próximo o momento de mostrar nosso compromisso com esse segmento, é votar o que considerarmos importante, como: os investimentos, prioridades que a gente quer ver sendo atendidas pelo poder público aqui no Estado de Roraima. Então, em breve, estaremos com a atenção voltada às diversas questões da LDO, na geração do emprego, na questão do incentivo ao empresário, questão do estímulo econômico em Roraima. Olharemos com carinho o compromisso que estamos assumindo hoje aqui em fortalecer as políticas em relação à saúde da mulher. Se esse é compromisso que estamos assumindo, Deputado Flamarion, eu tenho certeza que trabalharemos juntos nisso, assim como os outros aqui presentes. Se estamos aqui para esse compromisso, nós precisamos fazer esse compromisso ser viabilizado, e a hora está chegando. Então, contem com esta Casa, são muitos os Deputados com o mesmo compromisso, com a batalha de vocês. Contem com a gente na rua como cidadão, e como Deputado, como realmente somos. Um abraço a cada uma e reconhecimento da marcha que acontece em todo o Brasil. Parabéns a vocês.

O Senhor Deputado Jalser Renier- Senhora Presidente, eu quero agradecer a oportunidade que Vossa Excelência me concede, eu ouvi atentamente o depoimento de cada mulher que expressou o seu sentimento dentro de um padrão médico moral e voltado para as boas causas do nosso Estado. Mas o que me chamou mais atenção foi a expressão da Adriana Cardoso, representando a Comissão organizadora da primeira "Marcha das Flores", e a não menos importante Cleiriane Lima representante dos trabalhadores em educação. Eu observei atentamente a fala das duas, e percebi o quanto é importante a atenção e o entendimento das pessoas detentoras de mandato em detrimento a uma sociedade justa.

O apelo da doutora Magnólia, que há muitos anos faz sentir a participação ainda mais alusiva dos poderes públicos constituídos, mas acho que o momento não é de nós apontarmos culpados, aquele ou aquela. O momento é fazermos mover as ações, e o que as ações precisam é do depoimento, da conduta e do apoio de todas as instituições públicas. Fui criado só por mulheres, eu nunca tive carinho de pai.

Doutora magnólia que é Roraimense, macuxi, se me permite, eu sei que é de coração, e eu sou sangue e coração, nasci e me criei nesta terra.

Duas mães que me deram carinho e me colocaram no caminho do bem, eu sei o quanto significou para essas duas mulheres a atenção, cuidado, na responsabilidade com a minha pessoa. Eu sou filho único e elas dedicaram a vida inteira, uma é a minha mãe que não é a que me gerou, mas é uma que me deu uma educação verdadeira, que abdicou toda a sua vida, não teve esposo, não teve ninguém na vida dela. Nos meus 39 anos de idade ela nunca sequer arrumou um namorado. Hoje, ela tem 83 anos, destes 39 anos foram dedicados a mim, a minha vida eu devo a ela o que eu sou, talvez seja por essa razão que 80% das pessoas que trabalham comigo hoje são mulheres. Acredito muito no destino, e a palavra da mulher apresentando, como base, o bom princípio é valor a ser cultivado porque a coragem de fazer, deve ser bem mais forte do que o medo de errar. E essa instituição conduzida inteligentemente por vocês, merece atenção, e, já neste ano, nós vamos analisar o orçamento, a peça orçamentária já chegou na Assembleia Legislativa, cada parlamentar tem o direito a um teto de um valor especificado no orçamento para destinar às emendas voltadas àquilo que ele desejar. Nós temos dois aspectos: a aprovação da emenda e a execução governamental.

Peço a Adriana, que me indique alguns bairros da cidade, embora eu tenho conhecimento de muitos, mas eu quero que seja trazido por você e por toda a equipe, "Marchando com as Flores", para a construção de, pelo menos, duas creches em alguns bairros de nossa cidade. Vou destinar um milhão de reais nas minhas emendas com essa finalidade. Portanto, me passem para que vocês tenham a total convicção de que emenda vai ser feita e depois de aprovada nesta Casa. Vamos realizar uma audiência com o Senhor Governador, que se comprometerá, de

público, juntamente com vocês, de que as emendas serão executadas no ano que vem. Então, essa é uma medida pessoal. Não estou aqui querendo fazer política, não estou aqui querendo saber quem é, não estou aqui querendo achar que isso é bom ou ruim, eu quero dar o primeiro passo, e os que decidirem seguir, sejam bem-vindos. Mas, se essa emenda não for apresentada, foi porque você não me deu o bairro. Então, junto com a sua equipe, faça isso. É assim que nós vamos começar a mudar, a dar os primeiros passos rumo a um futuro melhor. Este Estado tem o primeiro cursinho preparatório do vestibular porque nós criamos, antes era uma iniciativa política pessoal minha, depois, virou uma lei criada e sancionada pelo governo, pois tem centenas de jovens, entre eles, muitas mulheres. Entendo que educação é o começo de tudo, que a educação com responsabilidade muda a realidade de um Estado, de um País, e das pessoas. É porque foi assim dentro de uma sala de aula que passou minha mãe, estudando durante 30 anos, lecionando durante 30 anos no Barão do Parima, foi assim que ela me ensinou e é assim que quero fazer. Então, peço desculpas por não ter aberto meus olhos antes, mas a partir de agora meu gabinete estará de portas abertas para o trabalho para a boa razão bem fundamentada por vocês. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Dhiago Coelho – Boa-tarde, Senhora Presidente, boa-tarde, Senhores Deputados aqui presentes, em nome da Doutora Magnólia, quero cumprimentar toda a Mesa. Parabênzo a iniciativa dos três Deputados: Soldado Sampaio, Brito Bezerra e Ângela Portella, pela realização desta primeira “Marcha das Flores”. Cumprimento todos os representantes das Associações, Sindicatos e confederações, pelo interesse de estarem aqui presentes. Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar uma grande mulher, que faz parte desta Casa, está aniversariando, hoje, Cira Rodrigues, nossa assessora de comunicação, meus parabéns por ser esta grande mulher e pessoa humilde, simples, carismática, que Deus te dê muitos anos de vida, saúde e paz. Doutora Magnólia, escutei, em seu pronunciamento, Vossa Excelência dizer que fica triste em ver poucos Deputados. Quero dizer para a Senhora que tem um versículo na bíblia que diz, em Mateus 24:14, muitos são chamados, mas poucos os escolhidos. Posso dizer para a Senhora que se isso fosse uma festa, um forró, este espaço seria pequeno para abrigar a todos. Mas, não precisamos de 50 políticos sem compromisso com o Estado, se a gente tiver poucos com esse compromisso, eles farão um trabalho muito maior que do que os 50 que não têm compromisso. Então, os que, aqui, estão presentes, podem ter certeza que eles têm compromisso com nosso Estado, com crescimento e desenvolvimento e, principalmente, em defesa da mulher. Então, parabênzo a todas vocês. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais membros que organizaram a primeira “Marcha das Flores” e, em nome da Adriana cumprimento todas as representantes dos movimentos sociais, entidades que estão participando deste evento. A princípio, identifiquei esse evento, através de redes sociais, vi o convite e, após contatos, começamos a organizar este evento. A primeira marcha, a entendo como justa. O tratamento a ser dispensado às mulheres deve ser de igual para igual. Um bom exemplo desse tratamento é demonstrado hoje em dia, com algumas lideranças de mulheres fortes, que vêm despontando no cenário político, como a nossa Presidenta Dilma, Deputadas, Ministras, Senadoras, todas lutando em prol das minorias da sociedade que é esquecida. Então, quero me somar a esse grupo, através dos movimentos, para que continuemos juntos nesta Casa, como Casa do povo. Teremos, nos próximos dias, um momento ímpar onde poderemos destinar recursos, remanejar recursos voltados para a área da saúde, principalmente, a da mulher. É um tratamento diferenciado, uma atenção especial, e podemos dar essa contribuição como parlamentares. Quero dizer que continuem persistentes. Neste sentido, cito um poeta da minha terra, Maranhão, João do Vale que compôs para o primeiro show de protesto contra a ditadura militar, a música “Carcará”, Maria Betânia e ele como autores. Em homenagem a um político, chamado Neiva Moreira, aliado ao saudoso Brizola, ao ser exilado, estava saindo do Aeroporto de São Luís, almejado para ser deportado para a Europa, através da música, cuja letra: se matam as flores, mas o perfume fica no ar. Então, que o perfume represente justiça, dignidade, permaneça, pois é com esse sentimento que os Deputados estão compromissados na defesa de políticas voltadas para mulher, e aí não quero nem fazer discurso, mas me reportar à quantidade de agressão sofrida pelas mulheres no nosso Estado. Diante de muitas ocorrências percebe-se quão frágil é o Estado. O quanto o Estado está ausente de política efetiva para

proteção das mulheres. Em recente visita à cadeia pública, junto com a Comissão de Direitos Humanos, constatamos os absurdos praticados contra o sistema prisional onde a maior vítima são as mulheres, são os cfilios dessas senhoras, detidas e cumprindo a sua pena. Mas, não há uma política efetiva por parte do Estado para a ressocialização, para a recondução, da melhor forma possível, dessas pessoas para a sociedade com uma profissão digna, com respeito. Então, o resultado é a ausência do Estado. E, aí, como bem falou o Deputado Flamarion, recurso, o Estado tem, sabe-se que a cada dia este Estado arrecada mais, recebe transferência da União. No entanto, é necessário definir quais as nossas prioridades, só então vamos ter a oportunidade ímpar de fortalecer a Liga de Combate ao Câncer, de fortalecer, equipar a Secretaria de Saúde, que está realizando hoje a Conferência de Saúde. Então, quero me somar, e me coloco à disposição desta luta.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Obrigada, Deputado. Senhores Deputados, o Projeto de Incentivo Financeiro, ao qual a Nane se referiu, não tramitou aqui, pois aqui nunca foi apresentado nenhum projeto que visasse ajudar financeiramente essas instituições, quer dizer, isso aqui é uma minuta, mas não chegou aqui ainda, acho que o pessoal da mesa não tem conhecimento. Só mais um esclarecimento, na hora que chegar aqui, certamente, terá o apoio de todos. Eu ouvi que o maior crime que se cometeu foi transferir a educação infantil para o Município sem estrutura, mas, infelizmente, embora estejamos em uma casa de leis, mas as Leis determinam isso, as pessoas que recebem verbas do FUNDEB, em função da Educação infantil, independente de estrutura, querem que isso aconteça, pois as leis maiores permitem isso. Isso, não significa dizer: é culpa de A ou de B. Infelizmente, a gente assiste a isso, enquanto a nossa Constituição está lá. Hoje, pela manhã, antes de iniciar a Sessão, nós estávamos, aqui, em reunião com a Secretária de Educação, na Comissão de Educação, mas aqui, também, estão a Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança, do Adolescente, de Segurança, de Saúde, de Justiça, Educação, Administração, Obras, Terras, Meio Ambiente, onde, às vezes, quando não estamos aqui, estamos em outra sala com as Comissões, discutindo projetos. Portanto, em relação a essas discussões, cada um de vocês que queira participar, basta chegar aqui, conversar com as nossas Comissões, que existem para isso, serão todas bem-vindas. Como mulher gostaria de falar alguma coisa, difícil, né? Estou no quarto mandato aqui na Assembleia Legislativa, onde repeti, muitas vezes, que não me agrada falar sobre o Dia Internacional da Mulher, esta data lembra quando mulher não era ninguém. Eu me considero alguém que cresceu, superou muita coisa. Vim do Ceará, lá dos cafundós do Judas, do interior, onde meu pai ainda mora. Ficava lá carregando água na cabeça, tentando com a latinha pegar o peixe para comer. Quando eu via passar um avião menina do mato quando vê um avião diz: um dia eu vou andar de avião. Então, depois, eu vim para Roraima. Meu pai e minha mãe não sabem ler, eu tenho oito irmãos e uma boa parte deles não sabem. E, para estudar, fui trabalhar nas casas de famílias numa cidade próxima, lá eu cuidava de criança, lavava, cozinhava, para estudar. Eu fiz magistério para ser professora, naquele tempo, era o auge. Mas eu queria fazer uma faculdade, casei jovem, tive o primeiro filho quando fazia faculdade. Sofrimento doído, na casa dos outros, pois não tinha casa para morar. Mais tarde, fiz uma especialização em Planejamento Agrícola. E um certo dia, apareceu um emprego para Roraima, e eu queria era trabalhar, tinha um filho com 24 anos vim para cá. Nunca tinha andado de avião, não sabia o que era água, primeiro fui para o Pará andar de barco. Daí que eu vim. Fiz minha especialização em Planejamento Agrícola, trabalhei aqui, fiz o mestrado em sociologia do desenvolvimento. Com quatro filhos, sozinha no mundo, pobre, negra ou mulata, sem conhecer ninguém. Mas sempre acreditei na força para a superação. E tenho por lema: “querer é poder”. A gente pode chegar onde quer, a pessoa é capaz de galgar os espaços e lutar. A mulher, seja o seu meio que for, seja qual a sua realidade, ela enfrenta e vence. Eu trabalho muito com a mulher camponesa, me identifico com ela, me identifico também com as servidoras públicas, pois sou servidora pública da União do tempo da Doutora Magnólia. Viajo muito ao interior, e revivo a minha infância e adolescência, mas diante das dificuldades, às vezes, me sinto tão impotente. A Genira, no seu pronunciamento, há pouco disse: “Eu nem sei por que eu estou aqui? Nem sei por que sou Presidente de uma entidade, poderia estar cuidando dos meus porquinhos que me rende. É meu emprego. Mas, é a força que vem de dentro dá coragem para lutar. Eu sei que falta muita coisa neste Estado. Mas, hoje nós já vemos reportagem nos jornais dizendo que em Roraima já é possível fazer

uma mamografia enquanto no restante do Brasil fica a desejar. Há pouco tempo fui ao Ceará, onde meu pai faleceu, estando em um posto de gasolina, me deram um jornal de cortesia chamado “Tribuna do Ceará”, em cuja manchete dizia: Roraima paga o melhor salário do Brasil para o professor.

Na época em que cheguei, o governo importava gente para ocupar este Estado. Mandávamos propaganda para fora dizendo que aqui era um paraíso, pagávamos passagem de navio, colocávamos as pessoas em cima de um caminhão, abriam uma estrada no meio da mata, dizendo a ela que lá era o seu lote. Eu me sentia uma criminosa, por colocar uma pessoa no meio da mata com um rancho, enxada, pá e machado. O tempo foi passando, hoje lá tem telefone, tem estrada, escola, luz elétrica. Mas, falta um bocado de coisa. Porém, a região cresceu, graças à força, coragem de vencer das pessoas.

Eu digo tudo isso, porque na época da política a gente sai catando mulher para ser candidata, pois a lei obriga. E as mulheres olham para gente, e dizem que não querem ser políticas. Mas, aqui, como política, se pode mudar, porém, mudanças sociais não acontecem da noite para o dia. E nessas nossas mãos passam muitas coisas, passam o Orçamento. Então, eu conclamo as mulheres, para unir forças, persistência para uma participação mais efetiva das mulheres na política. Em forma de desabafo para expressar a admiração, confiança e esperança por melhores resultados, através desses movimentos. Embora o nosso Presidente esteja ausente, hoje, receberemos as reivindicações de vocês. As coisas só acontecem se a luta for de todos. Parabenizamos cada uma de vocês pela luta, pelo ideal. E sempre serão bem-vindas a esta Casa. Muito obrigada.

Alcançada a finalidade da Comissão Geral, retomo a Sessão ordinária na fase em que se encontravam os trabalhos.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar o espaço de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 25, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 25/10/11

ATA DA 2063ª SESSÃO, EM 25 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memo nº 108/11, de 20/10/11, do Deputado Brito Bezerra, solicitando que seja incluso na Ordem do Dia 25/10/11, o Projeto de Lei Substitutivo nº 049/11, que dispõe sobre o Selo Artesanal para produtos alimentícios, de autoria dos deputados Naldo da Loteria e Brito Bezerra, bem como o Projeto de Lei nº 021/11, que dispõe sobre a prática do Turismo de Aventura, de autoria do deputado Brito Bezerra, para apreciação e votação por parte desta Casa Legislativa.

.Indicação s/nº, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, ao

Governador do Estado, solicitando “anistia das multas e dos juros decorrentes do não pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, nos últimos 4 anos”.

EXTERNOS:

.Ofício/SR-25/RR/nº 864/2011, de 14/10/11, da Superintendência Regional do Incra em Roraima, informando que foi celebrado um convênio entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Bonfim, para complementação e recuperação de 37 km de estradas e vicinais no Projeto de Assentamento Vilhena do referido município.

.SEPLAN/CGC/Ofício nº 1172/2011, de 17/10/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando sobre os Convênios que foram celebrados.

.SEJUC/RR/DJDHC/Ofício Circ. nº 012/2011, de 18/10/11, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, informando que será realizado a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres com o Tema: Autonomia Econômica, Cultural e Políticas das Mulheres, no período de 31/10 a 01/11/11.

.Ofício nº 3751/2011/Casa Civil, de 21/10/11, da Casa Civil, encaminhando cópia da publicação do Decreto nº 13.355-E, referente a abertura de crédito extraordinário à Lei Orçamentária vigente.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsner Renier**) – Procedo à chamada.

O senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o assunto que me trás a tribuna hoje é de extrema preocupação. Os jornais de hoje trouxeram a notícia de que o nosso Matadouro Frigorífico, o único que nós temos no Estado, o MAFIR, está com suas atividades paralisadas. Como não foi muito claro o motivo da paralisação, segundo a matéria, hoje pela manhã fui ao Ministério da Agricultura procurar saber, meus caros Deputados Gabriel e Chicão, quais são produtores rurais, o porquê do MAFIR está paralisado com suas atividades desde de sexta feira passada, caminhões de boi estão lá do lado de fora há três ou quatro dias com o gado em cima passando fome, sede e perdendo peso, causando prejuízo aos agricultores. Pois bem, imaginem meus Senhores, meu caro produtor Ailton Cabral, o motivo de estar paralisado o MAFIR. Se o Senhor tivesse vendido um caminhão de boi nessa semana, aos seus bois ainda estariam em cima do caminhão por falta de sabão e água sanitária no nosso Matadouro Frigorífico, a imundice tomou conta do nosso MAFIR. Se alguns de vocês visitarem o local hoje e forem ver de que forma estão sendo abatidos o gado naquele estabelecimento, ninguém mais vai ter coragem de comer um bife feito da carne de gado abatido naquela unidade. Pois bem, e o que é pior, ao ir ao Ministério da Agricultura, os técnicos daquele Ministério disseram: “Deputado, está aqui toda a documentação do convênio de nº 01/11, firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Roraima, no valor de 8 milhões de reais destinados a sanidade animal, o outro de 7 milhões de reais para sanidade vegetal, convênio que estava desde o mês de março com o dinheiro disponível na conta do Ministério, para que o Estado se habilitasse a fazer a capitação do recurso e não conseguiu fazer e, esta semana, já prestes a vencer o prazo do convênio, porque vence na sexta-feira, Deputado Flamarion, 15 milhões de reais, o Governo do Estado, através da Secretaria de agricultura, foi buscar habilitação para fazer capitação de recursos, mas o governo está inadimplente no Cadin, no Serafin, e não conseguiu fazer a capacitação e não vai conseguir ao que me consta até sexta-feira, porque está com débito em atraso no INSS, e deve ser por estar faltando prestação de conta de algum outro convênio e, por isso o Estado está inadimplente. Então, nós estamos na iminência de perder 15 milhões de reais, enquanto isso, o MAFIR está com as portas fechadas porque não tem sabão nem água sanitária. A coluna parabólica da Folha de Boa Vista disse que há no nosso Estrado um desgoverno, o que acaba fazendo com que nós concordemos com essa afirmação meu caro Deputado Gabriel, porque não é possível que numa questão tão sensível, Deputado Brito, como é a questão do produtor rural, pois o setor produtivo está sendo penalizado por todos os viés que você possa imaginar. Na semana passada foi a questão da Lei 215, que nós trouxemos para esta tribuna, e quando foi sexta feira o MAFIR foi fechado pelo Ministério da Agricultura por falta de condições de funcionamento, por imundice mesmo. Tentei falar agora com o Ramiro Teixeira, Presidente da CODESAIMA, mas nós não conseguimos, o telefone dele está fora da área, entretanto nós vamos ainda hoje tentar falar com ele para

vermos o que é que pode ser feito a curto prazo ou de imediato, até porque há lá, acredito eu, 150 animais em cima das caretas, dentro do MAFIR, basta vocês irem lá para verificarem que o que eu estou dizendo é a mais absoluta verdade.

O Senhor Deputado Brito Bezerra - Quero parabenizar Vossa Excelência pelo discurso, pois sempre esteve lutando em defesa dos interesses deste Estado.

Quanto à Lei 215, foi tanta inércia nesse desgoverno, como Vossa Excelência falou, que dois produtores entraram com uma ação jurídica e já conseguiram ter de volta os seus direitos. Direitos esses adquiridos pelo produtor rural, foram através da Lei 215, e o Governo, na sua inércia, não repassou para o Ministério Público os documentos do convênio da CONFAZ, que autoriza todo esse aparato para a produção de leite estar em funcionamento. Quanto ao matadouro frigorífico, é uma questão seriíssima, eu conheço muito bem o MAFIR, lá o Ministério da Agricultura é quem faz a inspeção, o SIR, serviço de inspeção federal, por falta de investimento naquela estrutura.

O matadouro frigorífico é alto sustentável, lá os subprodutos derivados do abate do gado: gordura, sebo, couro, farinha de carne e de osso, vísceras brancas, todos eles pertencem ao matadouro frigorífico, geram em torno de 60 mil reais mês, e esses recursos deveriam ser investidos naquela estrutura, até porque a folha de pagamento é bancada pelo Governo do Estado. Se o Senhor observar, no nosso orçamento há algo em torno de 16 milhões de reais e mais um empréstimo que foi adquirido no valor 149 milhões também para CODESAIMA, que está nos cofres públicos, mas a Companhia insiste em trazer escândalos e mais escândalos. A CODESAIMA é uma empresa que poderia ser bem administrada, pois contribui muito para o engrandecimento e para o desenvolvimento desse Estado. E, digo mais para Vossa Excelência, se for no matadouro frigorífico, muito cuidado, pois ao chegar lá, se um funcionário cumprimentá-lo, ele é demitido. Eu já tive notícia de vários amigos que, porque eu fui cumprimentá-los, quando eu fui embora, eles foram demitidos. Semana passada foi demitido um amigo meu por conta disso. A CODESAIMA precisa ser revitalizada, precisa dar realmente a contribuição que tem que dar para o Estado e, a partir daí, entrar no processo de terceirização através de cooperativas.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua - A Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa que visite hoje, se puder, o matadouro frigorífico. Vossa Excelência que faz parte da Comissão de Agricultura, visite o matadouro frigorífico e o Ministério da Agricultura para verificar, assim como eu, a situação em que se encontram esses convênios e o nosso matadouro frigorífico. Temos, também, que visitar a Agência de Defesa Animal do Estado de Roraima NOSSADER, que também é parte envolvida nesse processo.

O que é pior, Roraima está incluída na zona de alto risco de febre aftosa, como é que se desperdiça oito milhões de reais em convênio, já que somos classificados como um Estado de alto risco de contaminação por febre aftosa. Nós estamos perdendo o convênio na sexta-feira porque o Estado está no CADIN e não vai conseguir fazer essa captação de recursos. O convênio foi prorrogado por varias vezes e vai encerrar nesta próxima sexta-feira se o Estado não resolver a situação.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira**- Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Todas as vezes que o Senhor usa essa Tribuna traz à tona assuntos importantes e preocupantes com relação ao Estado de Roraima.

Nós temos um frigorífico altamente ultrapassado, não há viabilidade de privatização, de terceirizar, não há compensação financeira, é o único frigorífico do Brasil que é mantido pelo Poder Público. Isso é um absurdo. Os funcionários são pagos pelo Poder Público. Nós, e nós que somos criadores, sabemos que se não fizermos parte da cooperativa, não conseguiremos matar meia carrada de bois. Isso é uma coisa absurda. Há um bando de monopolizadores, são quase uma quadrilha para fazer usufruto de uma coisa pública.

Nós, enquanto pequenos produtores somos penalizados. Se não terceirizarmos a venda do nosso gado, não conseguiremos colocar duas ou três carradas de bois no mercado. O frigorífico é ultrapassado, não há como privatizar. O Governo tinha que ter um incentivo para investir em uma empresa particular que pudesse vir a construir um frigorífico a altura, para atender as necessidades do Estado de Roraima. Nós não temos condições nenhuma de manter aquele frigorífico só com recursos do Poder Público. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua - Mas o papel é do Governo enquanto não se faz investimento na área privada. É papel do Governo mantê-lo em funcionamento, até porque é o único matadouro que temos no Estado. Se o Governo não patrocinar o

funcionamento do MAFIR, vai haver desabastecimento no Estado. Esse também é um dos papéis do Governo, fomentar o desenvolvimento. Se não temos ouro e existe este do Governo, porque não modernizá-lo. A capacidade de abate do MAFIR é de quatrocentos animais por dia. Há um matadouro no Cantá que também funciona de forma precária com uma capacidade muito menor, e não sei nem se dá para atender aquelas vilas em volta do Cantá. Mas a verdade é a seguinte: da maneira que está não dá para continuar. E o Governo, até aparecer outra solução privada ou não, ou transferir para iniciativa privada para que haja os investimentos necessários, não pode cruzar os braços e deixar a população a mercê do matadouro da forma como ele está.

Deputada Aurelina, faça uma visita ao MAFIR e vai ver porque foi fechado, a imundice tomou conta, não tem sabão e nem água sanitária para lavar aquelas instalações.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**- Eu cheguei aqui no meio da discussão, mas esse é um assunto que me interessa até para esclarecer que o Estado de Roraima é área de risco há bastante tempo. Um tempo atrás nós quase conseguimos o certificado de isenção de área livre de febre aftosa, mas, infelizmente, de 10 ou 8 anos para cá nós perdemos essa condição de área isenta ou livre do risco de febre aftosa. Se estipulou as campanhas, e a vacinação tem sido feita, mas não conseguimos alcançar a meta.

Eu acho que em nenhum lugar do Brasil o Estado vacina gado, compra vacina, mantém matadouro. O uso do matadouro não é feito pelo produtor, geralmente é pelo comerciante a quem o produtor vende o boi. É muito difícil tudo ficar nas costas do Estado. Nós acabamos de ver a Lei 215 no que deu, porque sempre é preciso que entidades particulares assumam alguma coisa no Estado. Sobre a questão da limpeza do matadouro, eu não estou sabendo, mas queria frisar, principalmente, a questão da febre aftosa. Campanhas são abertas, os produtores têm um mês para vacinar os seus rebanhos, apresentarem notas fiscais para acompanhamento da ADER, que é quem faz o controle. Até o comércio do sul do Estado, que deveria disponibilizar vacinas para o comerciante vender, não quer correr o risco de perder uma dose de vacina. É difícil vermos o dono do rebanho burlar a Lei que prevê sanções para deixar de vacinar o seu rebanho, mas isso é comum, quem quiser ver, vá a ADER.

As campanhas são determinadas pelo Governo Federal e, infelizmente, a gente não consegue alcançar mais de 70% do índice de vacinação dos rebanhos por irresponsabilidade dos próprios produtores que, também, têm que cumprir a sua parte. Contudo, eu queria ressaltar que não é de hoje que estamos na área de risco de febre aftosa, estamos há alguns anos. Nós temos lutado para tirar o Estado dessa condição. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela**- Senhor Presidente, Senhores Deputados. Deputada Aurilena, saindo do foco do Deputado Ionilson Sampaio que a Lei 215 é primordial, é vital, é de fundamental importância para o progresso de Roraima, o Deputado Naldo citou aqui, semana passada, dois exemplos, Deputada Aurelina, de pessoas que são ao mesmo tempo ligados ao agronegócio e, também, a empresas de construção civil que prestam serviços para o Governo de Roraima, com óleo diesel subsidiado. Isso é um escândalo, é tirar de foco uma lei que tem um objetivo maior, um objetivo sublimar.

No discurso do Deputado Ionilson, ele diz que o matadouro frigorífico está fechado por falta de sabão e água sanitária, e que lá está uma verdadeira imundice, colocando em risco a saúde a minha saúde, a de Vossa Excelência, a da nossa família. Ha 15 milhões em convenio que o Estado não consegue sacar, haja vista que o dinheiro está até em conta, pelo fato de estar inadimplente, ou seja, está faltando interesse da Secretaria de Agricultura, da CODESAIMA. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** - Deputado Ionilson, eu quero aqui louvar o seu discurso e dizer que eu fico surpreso, pois a CODESAIMA tem um Presidente, um conselho, tem os seus diretores e o matadouro pode fechar por falta de sabão. Isso é uma coisa que realmente merece o destaque que está tendo nesta manhã de hoje, aqui na Assembleia Legislativa, mas, eu também quero me reportar ao passado. A CODESAIMA já foi um órgão de muito valor e de muita relevância neste Estado. Eu cheguei aqui nos anos 90 e quando cheguei aqui, o saudoso Ottomar era Governador do Estado, e CODESAIMA funcionava muito bem, atendia os agricultores, tinha granja, produzia pinto, as famílias recebiam pinto, as famílias recebiam aqueles derivados do gado que vinham do matadouro, que o Governador Ottomar distribuía para as famílias carentes. Contudo, depois que Ottomar saiu do Governo, em 94, e passou a CODESAIMA para um Governador que aí está querendo voltar para o Governo, a Companhia acabou, foi escândalo nacional, um pé banana deu 90 cachos. Isso saiu no fantástico, no jornal nacional,

foi só escândalo. A CODESAIMA acabou nesse período de 94 a 98. Quero dizer que o discurso de Vossa Excelência é um discurso louvável. Hoje mesmo eu me comprometo com Vossa Excelência a irmos no matadouro procurar o Ramiro Teixeira para ver o que está acontecendo, porque se fechar o matadouro por falta de sabão e higiene, é porque aquela companhia está sem direção. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** - Encerra aqui o meu tempo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede questão de Ordem – Pediria que fossem incluídos na ordem do dia os projetos, conforme acordado na Comissão Mista, para os deliberarmos como foi acordado entre os Deputados. O projeto 049/11, que dispõe sobre o selo artesanal para pequenos produtores dos derivados do leite, das frutas, da carne e da produção de abelha. Inclusive, ontem, mandei um ofício ao Presidente solicitando novamente a inclusão na Ordem do Dia desse projeto, e do projeto 021/11, que também já foi deliberado em todas as Comissões, que dispõe sobre o turismo de aventura no Estado de Roraima, também de minha autoria, e o primeiro de autoria do Deputado Naldo.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Está registrado o seu requerimento Deputado **Brito Bezerra**. Vamos verificar junto a Secretaria Legislativa o trâmite desses projetos e a razão por não constarem na Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Bom dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos que estão presentes. Deputado **Flamarion Portela**, não tenho o domínio da poesia e da palavra como Vossa Excelência, mas quero aqui citar um verso do Marquês de Maricá: “os nossos inimigos contribuem mais do que se pensam para o nosso aperfeiçoamento moral, eles são os historiadores dos nossos erros, vícios e imperfeições”. Contudo, faço uso da tribuna hoje, para falar de fatos que vêm ocorrendo no sistema prisional no Estado de Roraima.

Deputado **Brito Bezerra**, recebi no meu gabinete denúncias de supostas irregularidades no nosso sistema prisional e quero relatar apenas aquilo que me foi dito, atendendo a pedido daqueles que me procuraram, pois, como Agente Público, não poderia ficar calado, fatos esses que vêm acontecendo nas cadeias pública masculina, feminina e na penitenciária do Monte Cristo. Agora, o que é mais interessante é por parte de quem? Não dos reeducandos, mas sim daqueles que estão na administração do sistema prisional, funcionários do primeiro e segundo escalão da SEJUC, esses indicados por padrinhos políticos. Com base nas denúncias, fui a campo colher informações para constar a veracidade dos fatos. Vou fazer um breve relato de todos os acontecimentos que me foram passados.

Quero aqui começar pela empresa que fornece alimentos para o sistema prisional há muitos anos no nosso Estado, que é a empresa COAN. Hoje, ela fornece café da manhã, almoço e a jantar para os detentos. O sistema prisional tem em torno, hoje, de 1500 homens e mulheres presas, e para fazer a distribuição desses alimentos dentro das alas, a empresa COAN contratou 06 funcionários e há dois meses e meio que a empresa não paga esses funcionários. Essa foi uma questão levantada lá dentro do sistema, que estou trazendo aqui para tribuna para apurarmos direito essas informações, para que sejam tomadas as providências devidas.

Também quero relatar algo referente à construção e à reforma do sistema carcerário.

Há um empreiteiro que desde de 2005 vem ganhando todas as licitações do sistema penitenciário. Então, ele está há 06 anos prestando serviço de construção e reforma, e já ganhou licitações em valores superiores a cinco milhões de reais. E, o que é mais interessante é que hoje existe uma ala e um prédio administrativo, onde foi construído cerca de 30% da obra, e esta obra está paralisada em torno de um ano e meio, não foi concluída, e o que é mais interessante é que ele continua ganhando as licitações. A construtora não foi punida, está participando, ganhando e recebendo dinheiro público para executar o serviço dentro do sistema carcerário, e os serviços não estão sendo feitos. Então, quero aqui pedir ao nosso querido amigo Deputado Jean Frank, que é o Presidente da Comissão, que preste atenção a esses assuntos que estou trazendo à tribuna.

Vou também relatar um fato que aconteceu recentemente. No período chuvoso formou uma poça em frente a Penitenciária de Monte Cristo, que devido a muitas chuvas, dificultou o acesso para as pessoas adentrarem no sistema prisional e, um funcionário do alto escalão do governo da SEJUC tomou a iniciativa de ir lá, junto com o seu motorista, numa caminhonete branca, cujo final da placa é 7107, carro esse oficial, pegou sete reeducandos, colocou em cima da caminhonete e os levou até a beira da BR-174 para abrir valas para escolar essa água.

Então, sem a devida autorização judicial eles saíram de dentro do sistema prisional sem a escolta devida, a não ser sobre a guarda de apenas dois funcionários da SEJUC. Por que eu estou trazendo esse assunto hoje aqui? Porque quero falar sobre a nossa segurança. Hoje nós temos unidades prisionais, e apenas uma secretaria de segurança para tomar conta dessas unidades, e o que estamos vendo, que esta administração não está acontecendo de forma correta. Quero aqui, também, comentar outro episódio que foi relatado na mídia local, referente a saída dos presos que trabalham nessa referida empresa, na obra da cadeia feminina. Todos os dias 15 reeducandos se deslocam da Penitenciária Agrícola até a cadeia feminina, isso dá em torno de um quilômetro, sem a devida escolta e a devida fiscalização. Todos os dias, exceto na quinta-feira e nos domingos que são os dias de visita, esses presos saem pela porta da frente, entram pela porta da frente da cadeia feminina, executam o serviço da obra e no final da tarde retornam, entram de novo no sistema prisional sem a escolta e sem a fiscalização devida. Então, esse é outro fato que vem ocorrendo e, quero aqui, junto a Comissão de Segurança pedir providências com relação à administração do sistema carcerário de hoje.

Quero aqui também falar que a lei de execuções penais dá um limite máximo de número de presos para trabalhar em obras. Então, para aquele trabalho que é externo, o preso tem que sair da Penitenciária e fazer o trabalho fora. Na lei de execuções penais diz que 10% dos funcionários das empresas podem ser reeducandos e o que nós estamos vendo nessa obra da cadeia pública feminina é totalmente diferente. Temos hoje lá uma empresa que está reformando a cadeia que possui 15 funcionários, e os 15 são reeducandos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Para essa empresa ter 15 reeducandos trabalhando, teria que ter 150 funcionários. Isso significa que a empresa hoje está trabalhando na ilegalidade dentro do sistema prisional. Então, junto com a Comissão de Segurança aqui da Casa, eu quero fazer uma visita para avaliarmos, verificarmos e chegarmos a uma conclusão do que está acontecendo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Deputado Dhiego, seu pronunciamento é de extrema relevância. Temos aqui a Comissão de Direitos Humanos, sou o Presidente dessa Comissão e Vossa Excelência faz parte dela. Acabei de determinar ao meu gabinete que a Comissão de Direitos Humanos visite o presídio na segunda-feira, às nove horas, e Vossa Excelência está convidado, bem como os Deputados **Soldado Sampaio, Jean e Jalsen Renier** que também são da comissão. Vamos, na segunda-feira, até o presídio para fazermos um relatório. Vossa Excelência vai fazer parte disso. Vamos conversar com os presos, com o Secretário de Justiça e Cidadania para vermos o que realmente está acontecendo e encaminhá-lo às autoridades competentes. O Senhor já fica convidado para na segunda-feira irmos até a penitenciária do Monte Cristo acompanhados da imprensa, para que possamos levantar todas essas denúncias e colocar isso de forma clara para que a sociedade tome conhecimento do que está acontecendo, bem como a comissão e as autoridades competentes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Dhiego, Vossa Excelência, nas poucas vezes que usou essa tribuna, foi sempre muito incisivo e quero de parabênizá-lo pelas colocações feitas, pelas denúncias. E, inclusive, parte delas já foram apuradas. Vossa Excelência falou da empresa COAN que distribui alimentos para a Secretaria Estadual de Segurança, que contratou 06 funcionários. Quer dizer, além de não fornecer um alimento saudável, de boa qualidade, porque ela não fornece só para o sistema prisional, mas também para outras Secretarias, e uma delas é a Secretaria de Educação, ela ainda se dá ao luxo de não pagar os colaboradores que contrata. Isso é muito grave, é gravíssimo.

Vossa Excelência falou sobre um empreiteiro que por diversas vezes faniu e continua ganhando licitações. Licitações essas que, com certeza, serão direcionadas, e ainda não conclui as obras, licitações que passam dos cinco milhões de reais. Também devemos tomar providências a respeito disso. E as providências não são mais apurar os fatos, Deputado Xingu, se continuadas vezes ganhou a licitação e não fez as obras, é afastá-lo, ou será que ele tem algum padrinho político? Provavelmente tem um padrinho político forte que segura essas pessoas que são consideradas o câncer do nosso Estado: maus empresários, maus empreiteiros, maus colaboradores, Secretário de Estado corrupto, político corrupto. E essa questão dos reeducandos saindo sem escoltas, sem autorização judicial, o que é isso? E, costume dizer que esse termo reeducando é muito fantasioso, porque realmente o nosso sistema prisional, e isso não é só em Roraima, reconheço é no Brasil como um todo, não ressocializa essas pessoas para que eles voltem a sociedade.

Parabenizo Vossa Excelência. Denuncie ao Ministério Público essa questão de presos saírem sem escoltas, de serem usados para trabalhar para empreiteiros, ou seja lá para quem for, sem autorização judicial, pois é grave essa denúncia. Vossa Excelência está de parabéns.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Dhiego, primeiramente quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento, pelo trabalho feito junto a penitenciária de fiscalizar o sistema como um todo, pelas ações sociais que Vossa Excelência e sua família faz lá dentro com os reeducandos, pois conheço de longas datas esse trabalho. Por isso, quero parabenizá-lo e me somar a essa preocupação com o sistema penitenciário. Temos hoje em torno de 1700 detentos no sistema penitenciário, um sistema falho, podre. O sistema prisional de Roraima não é diferente do Brasil. Aqui é Roraima, é nossa terra e temos que cuidar dela. Concordo com Vossa Excelência que temos um sistema falho, pois hoje a penitenciária é muito mais a universalidade do crime do que um local de ressocialização, um local onde aquelas pessoas que infringiram a lei estejam sendo penalizadas pagando pelo ato que cometeram. Vossa Excelência, teve contato e nos informou que temos lá dois policiais militares fazendo a guarita externa, e há dia em que só tem um policial. Nós sabemos que são 05, 06 Agentes Penitenciários para dar conta de mais de mil homens detidos. Então, me parece que o alto escalão do governo faz questão de deixar como está para captar recursos, para fazer relatório para levar junto ao Ministério da Justiça e pedir convênio. A cadeia pública feminina passou por duas reformas antes de ser inaugurada. Eu falo isso com propriedade porque trabalhei 04 anos na penitenciária agrícola e conheço de perto aquela situação, as condições dos detentos. Nós estivemos lá, recentemente, com o Deputado Xingu, e observamos a situação precária em que se encontra a Cadeia Feminina. Para concluir, Deputado, quero me somar a Vossa Excelência e convidar o Presidente da Comissão de Segurança, assim como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para que façamos uma visita no intuito de acompanharmos as condições dos trabalhadores que estão naquele sistema penitenciário. A gente cobra muito do sistema penitenciário, dos trabalhadores, e sabemos que dois policiais na guarita não têm como impedir a fuga de ninguém, bem como, seis agentes penitenciários não têm como atender a contento aqueles detentos e familiares que vão visitar os seus parentes que estão presos. Então, que nessa visita, Deputado Xingu, já façamos nossa parte, um relatório, e o levemos a Comissão de Segurança para averiguarmos as condições de trabalho dos policiais civis e militares que estão prestando serviços nessas unidades prisionais. Parabéns Deputado Dhiego pelo discurso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Vossa Excelência traz um tema que tem incomodado à sociedade de um modo geral, e se incomoda à sociedade, deve nos incomodar também. O que acontece é que a gente sempre fala, fala, e algumas vezes até escuta: aqui ainda é menos ruim que nos outros cantos. Acho que o nosso propósito, o nosso dever, a nossa obrigação, Deputados, é exatamente não deixar o Estado em situações deploráveis. Nós somos um Estado pequeno, temos condições de ter uma segurança eficiente, ainda temos condições de ter um sistema carcerário que, realmente, garanta aos reeducandos cumprirem as suas penas. Nós temos condições de dar a eles a oportunidade de adquirirem uma profissão, de se habilitarem para quando saírem, enfrentarem o mercado de trabalho, conseguirem uma profissão, ou seja, nós temos o dever de não deixar a situação chegar ao caos, de corrigir tudo isso que está aí e, a partir daí, termos um sistema, quer seja na área de segurança, quer seja no sistema carcerário, que realmente dê condições de reeducando, ao prisioneiro de se reeducar e que a sociedade se prepare para recebê-lo e reinseri-lo no meio social, de modo que ele fuja do crime e não retorne a ele. Nos presídios brasileiros, hoje, e isso é dito por todos os socialistas, o preso não recupera, ele se destrói, e aqui em Roraima temos condições de evitar essa palavra destrói e criarmos, efetivamente, a palavra construir, no sentido de reabilitá-lo. Portanto, eu louvo o pronunciamento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** continua – Agradeço os apertes. Senhor Presidente, Senhores Deputados, isso que acabei de falar aqui não é nada, agora vem uma história mais cabeluda ainda sobre o sistema prisional. No dia dez de setembro deste ano, três funcionários da SEJUC, sendo um motorista e dois funcionários do alto escalão, foram até a Cadeia Pública masculina para fazer a escolta de 24 reeducandos da cadeia Pública para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Eu tenho aqui um documento que diz: Nos termos da Lei nº 7210/84, o reeducando “fulano de tal”, da “Ala tal”, está autorizado a se ausentar do estabelecimento penal, com escolta da

unidade prisional, a fim de ministrar palestra na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo com permissão judicial. O que eu li é um documento da SEJUC que diz que esse reeducando saiu da cadeia Pública para Ministrar Palestra na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, no dia 10/09/11. E, não foi só ele, houveram mais 23 palestrantes. Fiquei curioso e perguntei: palestra de quê? Eu fui ver o currículo de cada um a fim de ver suas especializações, e o que vi foi uma extensa ficha criminal, com uma grande quantidade de processos que eles respondem, mas, mesmo assim, saíram da Cadeia Pública até a Penitenciária Agrícola, dentro de um ônibus da Polícia Militar. Por que eles foram dentro de um ônibus da Polícia Militar? Eles foram até a Cadeia Pública e a escolta se negou a fazer o transporte desses 24 reeducandos por não haver um carro apropriado e por não ter a quantidade necessária de homens para fazer essa escolta. Aqui há a assinatura de três pessoas, do Diretor da Cadeia, do Chefe de Plantão e do Chefe da Escolta. O Chefe da Escolta se negou a fazer, só que a Secretária, a SEJUC, deve ter o Homem Aranha, o Superman e o Batman lá para fazer a escolta e tomaram para si a responsabilidade. Três homens fizeram a escolta de 24 reeducandos com esse currículo aqui, para ministrar a palestra na Penitenciária Agrícola. Aqui diz que eles têm que sair, mas, por medida de segurança, deve haver dois agentes na escolta para cada preso, com posição das algemas para trás. Mas isso não procede. Foram três funcionários do alto escalão da SEJUC, solicitaram um ônibus da Polícia Militar que foi buscá-los para os levar para a Penitenciária Agrícola e nenhum com algema nas mãos. Nenhum algemado. Chegaram na Penitenciária Agrícola para Ministrar a palestra e o que mais me deixa intrigado é que não houve relato de palestra lá, e aqui ainda diz, com permissão judicial. Quero verificar se realmente existe a permissão judicial. Agora, o que comentam é que no dia 10.09, houve um campeonato de futebol, no sábado. E pasmem, qual era o nome do campeonato de futebol dentro da Penitenciária Agrícola? Campeonato Fuga Zero. Meu amigo, com certeza fuga zero mesmo, por quê? Porque se eles quisessem fugir, já teriam fugido, com essas brechas que estão tendo de o preso sair sem escolta para ir a cadeia feminina, sair de um estabelecimento para o outro com apenas três funcionários fazendo escoltas, a hora que eles quiserem, eles têm a oportunidade de fugirem. Eu quero aqui parabenizar os presos, porque eles estão querendo se ressocializar, pagar suas penas e voltar para a sociedade, porque se eles quisessem fugir, com esses com esse sistema falho que está tendo nesta administração, eles teriam fugido a qualquer momento. Eu estou trazendo este assunto a tribuna não porque eu tenho medo de preso, eu vivo no sistema carcerário, há três anos estou dentro do sistema carcerário, todos os condenados que estão na penitenciária são meus amigos. Eu não estou aqui para falar mal dos presos, estou aqui para tomarmos as providências para que essa administração seja feita de forma correta, que ela tenha zelo com a sociedade de Roraima. Desses 15 presos que estão indo trabalhar, há uns condenados por crimes pequenos, só que temos também presos de alta periculosidade tendo facilidade de fuga. Esses 24 que vieram da Cadeia Pública para a Penitenciária Agrícola também são bandidos de alta periculosidade, homicidas, e estão tendo a abertura de fuga.

Deputado **Célio Wanderley**, eu quero aqui pedir a Vossa Excelência, pois eu tenho certeza que o Governador não sabe dessas informações, mas há uma pessoa que pode saber, que é o Secretário, que tome providências, que chame o Secretário da SEJUC para que ele dê esclarecimentos sobre esses fatos que vêm ocorrendo dentro do sistema prisional. Quero pedir, também, ao Deputado Jean Frank, que possamos fazer uma visita ao sistema penitenciário, e que possamos marcar uma Audiência aqui, onde seja convocado o Secretário da SEJUC para prestar esclarecimentos sobre esses fatos. Quero também chamar a atenção do Ministério Público Estadual, referente a forma como está sendo administrado o sistema prisional.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por trazer a tona esses problemas. Fico feliz por Vossa Excelência reconhecer que talvez o Governador não saiba disso, mas ele vai saber, e não pela imprensa, pois eu me comprometo a levar esse problema ao Governador. Vossa Excelência disse que convive há dois anos dentro do sistema prisional, com certeza tendo atitudes nobres. É nosso papel fiscalizar, cobrar e é o que Vossa Excelência está fazendo e, também, é nosso papel apresentar propostas para solucionar os problemas e eu pergunto a Vossa Excelência: quais as soluções que eu deveria levar ao Governador?

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** continua – Eu não tenho a solução, mas posso dar uma indicação. Hoje, temos que ter pessoas técnicas e capacitadas em todos os setores, e no sistema prisional

precisamos de pessoas capacitadas e não de um professor de futebol, porque o que há lá é um professor de futebol. A Penitenciária é uma unidade prisional ou uma colônia de férias? Temos que tratar como unidade prisional, não como uma colônia de férias, pois o que está acontecendo é que na hora que querem jogar um futebol, solicitam ao secretário um ônibus e transferem os presos de uma unidade para outra para fazerem um campeonato interestadual de futebol, denominado fuga zero. Aí vão pedir um ônibus da SEJUC para irem a Manaus bater uma bolinha, sem escolta, todos cantando dentro do ônibus. Nós precisamos de pessoas competentes que tenham pulso e que trabalhem de forma digna e correta. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Quero registrar a presença, no Plenário, do Doutor Fábio Stica, Procurador Geral do Estado de Roraima, a quem damos boas-vindas, e registrar, também, a presença do Ex-Deputado Estadual Aírton Cascavel, que nos honra com sua presença neste Plenário.

Com a palavra, no tempo de 15 minutos, o Senhor Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, seleta plateia que nos prestigia nesta manhã.

Nesta Casa nós assistimos todas às terças, quartas e quintas uma variação de temas que aqui são abordados. Contudo, duas correntes se notabilizam, de um lado a oposição, constituída, organizada, fazendo o seu papel, fazendo críticas, exigindo dos que pertencem a situação também uma reação democrática no sentido de contribuir para esclarecer as questões e adotar as soluções pertinentes. De outro lado, pouco se tem falado aqui, de algo que acho que é papel nosso que fazemos parte da situação, são as ações que ocorrem no dia-a-dia do governo que ficam, via de regra, camufladas na penumbra do esquecimento, porque a oposição, nesse momento, está falando mais alto. Refiro-me às denúncias que hoje aqui foram apresentadas pelo Deputado Dhiego, que são claras e devem ser avaliadas com profundidade.

acho gravíssimas essas denúncias, e entendo que devemos seguir o que o Deputado propôs. É hora da Comissão de Segurança mostrar para que existe. É hora do Presidente desta Comissão convocar imediatamente seus Pares para averiguarmos se procedem, e quais providências cabíveis serão adotadas com a maior celeridade possível. E aí, é nosso papel cobrar do Executivo que adote as providências corretivas doa a quem doer. Agora, quero destacar que ontem teve início as comemorações, atos alusivos a passagem do dia do funcionário público que ocorrerá no próximo dia 28. O Governo está promovendo uma semana de eventos dedicados, voltados a essa categoria, e se abrimos os jornais, a manchete principal relata que os funcionários públicos não têm nada a comemorar.

Ouço também, da oposição, a mesma coisa, que os funcionários públicos não têm nada a comemorar. Por isso que falei no início que, muitas vezes, acontecimentos importantes realizados em prol de uma categoria ficam esquecidos. Eu quero apenas transmitir o que ouvi ontem, quando compareci a abertura das comemorações lá na SEGAD, que nesse período de 2007 a 2011 desenvolvem ações importantes, efetivamente realizadas em favor dos funcionários públicos do Estado de Roraima. Tenho alguns dados estatísticos como, por exemplo, o total de servidores que se tornaram estáveis: 5.150. Alguém poderia perguntar: e daí. E daí, para que 5.150 funcionários sejam considerados estáveis, há todo um processo de acompanhamento e avaliação, e se chegaram até esse ponto, eu diria que são funcionários preparados para exercer a nobre missão de servir ao povo do nosso Estado. Digo mais, o número de servidores que receberam progressão funcional é de 6.401 funcionários nesses três anos. Ora, se levarmos em conta o número total de funcionários públicos, vamos convir e ser justos a nossa avaliação é um número significativo, e mais significativo ainda é o volume de recursos empregados para que isso acontecesse, são 54 milhões 190 mil reais. Dizem que o governo não faz concurso, e cobra-se concurso do governo. Eu sei que é preciso, mas não é verdade que o governo não faz. Nesses três anos foram convocados e, evidentemente, contratados 3.320 novos servidores efetivos através de concursos públicos realizados no Estado, em vários órgãos, SESA, Secretaria de Educação, SEFAZ, Polícia Militar, SEJUC, SEAP. E, mais recentemente, alguns condicionados no DETRAN estão sujeitos a aproveitamento no concurso público, pois fizeram e foram chamados de forma seletiva, e foram ainda contratados 1.104 servidores através de processo seletivo simplificado envolvendo aí o Magistério com profissionais para o ensino indígena, para a escola de música e outros

órgãos. Esta Casa aqui participou de debates memoráveis sobre o último processo seletivo na SESA, onde os nossos Pares deram sua contribuição. As Secretarias de Estado tiveram que modernizar suas estruturas organizacionais, e já existe um trabalho importante nessa linha, e, aqueles que tiverem interesse podem e devem procurar a Secretaria de Administração que, inclusive, ajudou a primeira Secretaria a criar e implantar o seu Regimento Interno. A Escola de Governo não ficou parada, lá funcionam 133 cursos de capacitação, envolvendo 2835 servidores. O Programa Habitacional do Servidor é algo que também devemos comemorar sim, pois foram entregues 312 unidades habitacionais no Bairro Caraná, e já estão prontas mais de 208 unidades no Bairro Cidade Satélite, totalizando assim, 600 unidades. Foram desenvolvidos vários sistemas informatizados para o almoxarifado, o patrimônio, o protocolo, o controle do programa habitacional do servidor, o controle de editais, os envios de matérias para o Diário Oficial, e um sistema que interliga todos os órgãos do Executivo, podendo fluir a comunicação de forma eficiente e econômica, evitando a imensa conta telefônica, sistema esse que trás um novo dinamismo no trato da coisa pública, e que pode se intercomunicar também, dependendo do interesse dos demais poderes, com o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, além do Ministério Público e outros órgãos. E, apesar dos pesares, uma coisa deve se registrar e deve ser dita, o pagamento dos funcionários tem sido feito em dia. Existe um pouco de exagero no que falam, bem como no que propaga a imprensa e a oposição de que não há nada a se comemorar. Quero dizer aos representantes das várias categorias dos funcionários do Estado que há sim o que comemorar, devemos ser justos, embora reconheçamos que existem falhas, lacunas que ainda precisam ser preenchidas e que a questão funcional de todos ainda não está sanada, mas o governo trabalha nesse sentido.

Eu quis colocar essas coisas porque, como Deputado, faço parte da situação. Entendo que é o meu dever contrariar aquilo que entendo exagero, mas, ao mesmo tempo, devo, por uma questão de justiça, dizer o que o governo que apoio está fazendo, e ter coragem e independência de criticar aquilo que está errado no momento oportuno, pois como Parlamentar não abro mão dessa posição.

Quero falar de outro tema e ser objetivo, tema esse que interessa a todo Estado de Roraima, trata-se de um importante projeto que tramita no Congresso Nacional, que trata do Código Florestal, e que é básico, fundamental, prioritário para o Estado de Roraima. Estado esse, que como sabemos, está engessado devido ao povo estar traumatizado pela demarcação de mais de 50% da sua área física, mas que luta para sobreviver e ir em frente. Esse Código Florestal já tramitou na Câmara Federal tendo como Relator o Deputado Aldo Rabelo, e seu Parecer foi aprovado por mais de 400 Deputados, mas parte do seguimento da sociedade brasileira entendeu que precisava de algumas alterações no Senado e lá está tramitando. E, no último dia 20, foi realizada uma Audiência Pública envolvendo mais três Comissões importantíssimas daquela Casa que dizem respeito ao Código Florestal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Ciência e Tecnologia. Foram convidados para essa Audiência Pública todos os Parlamentos Estaduais da nossa Federação. O Presidente Chico Guerra recebeu esse expediente e, na possibilidade de mandar alguém ou ele próprio ir, designou-me para que lá representasse a Assembleia. Lamentavelmente, foi uma ação da UNALE, bem planejada, mostrando todo o esforço do Deputado Federal Luis Tchê, mas que não foi necessariamente correspondida pelos Parlamentos Estaduais. É nisso que não se deve economizar. É, neste momento, que as Assembleias devem estar presentes, através de seus representantes. Registro com tristeza que, de 26 Assembleias Estaduais e uma Câmara Distrital, apenas quatorze Assembleias se fizeram presentes, ou melhor, muito menos que isso, apenas 14 Deputados se fizeram presentes. E alguns dos Estados com mais de um Deputado, e lá foram discutidos temas dos mais importantes. Voltei da Audiência, alentado com o que vi Senadores, dentre os quais, gostaria de destacar aqui, o Senador Acir Gurgacz – Presidente da Comissão de Agricultura, presidindo os trabalhos, estiveram presentes os Deputados Braio Maggi, Jaime Campos, Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique e um dos Relatores nessa tríplice Comissão, juntamente, com um Amazônida conhecido, Senador Jorge Viana, estão fazendo um trabalho a quatro mãos. Espero, até 20 de novembro, devolver o projeto devidamente alterado no que for necessário para que a Câmara Federal, querendo, ainda aprove o Código Florestal este ano. Outros Senadores que gostaria destacar: Valdermir Mocca, Casildo Maldaner, Pedro Taxi, Anibal Diniz, Sérgio Souza, Reditário Karsol, Benedito Lira, Jorge

Viana, além da presença de dois Deputados Federais que sempre se fazem presentes nesses eventos de magnitude, um deles nosso velho conhecido Deputado Federal por Tocantins, César Aileron e Ex-Secretário de Agricultura e atual Deputado Federal, Reino Stefeni. Foi um debate muito bom, contribuições importantes foram levadas, mas fica o registro de num tema dessa magnitude nacional, a Região do Amazonas, que é a maior Beneficiária desse Código Florestal, não se fez presente, e se não me falha a memória não estavam representados lá. Estavam lá representantes do Acre, Rondônia, Roraima, Pará, mas do Amazonas não vi nenhum.

Quero agradecer a oportunidade, Presidente Chico Guerra, por ter me permitido representar a Casa naquele evento, e dizer que se tudo correr bem, viraremos o ano com o Código Florestal convertido em Lei para que se possa corrigir as inúmeras injustiças para com o nosso povo da Amazônia, especialmente aqui do nosso Estado de Roraima, onde nós temos milhares e milhares de produtores com multas tão pesadas, que se venderem tudo que têm, não dá sequer para pagar a multa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Quero cumprimentar o Deputado Erci de Moraes pelo tema relevante que trouxe para este Plenário. A UNALE tem levantado questões de interesse nacional, particularmente da região amazônica, como a questão do Código Florestal e do Pacto Federativo que se discute hoje, no Congresso Nacional especialmente com relação à divisão dos Royalties do pré-sal. É porque, da forma que está sendo aprovada e sancionada pela Presidente da República, irá trazer mais recursos para o nosso Estado.

Passaremos para a Ordem do Dia: discussão e votação do Projeto de Lei nº 071/11, que “Dispõe sobre a reestrutura e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores do Departamento de Trânsito do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental; o Projeto de Lei nº 067/11, que “altera o anexo IV da lei nº 773, de 04 de maio de 2010, que dispõe sobre a Instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária – CETIF”, de autoria governamental; o Projeto de Lei nº 033/11, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento de informações em braile nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis, farmácias e demais estabelecimentos comerciais afins do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Dhiego Coelho; do Projeto de Lei nº 051/11, que “dispõe sobre a instituição da semana cultural das fanfarras e bandas no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Coronel Chagas; o Projeto de Decreto Legislativo nº 024/05, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a Mário José de Sousa Ribeiro, e dá outras providências”; o Projeto de Decreto Legislativo nº 031/05, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao senhor Wilson Franco Rodrigues, e dá outras providências”; do Projeto de Decreto Legislativo nº 034/05, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à senhora Francinêa Rodrigues de Moura, e dá outras providências”; o Projeto de Decreto Legislativo nº 035/05, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Carlos Alberto Fernandes Neves, e dá outras providências”; do Projeto de Decreto Legislativo nº 036/05, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Carlos Freire, e dá outras providências”; da Proposta de Moção nº 002/08, de aplausos ao Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE; do Projeto de Lei nº 049/11, que “Dispõe sobre o Selo Artesanal para produtos alimentícios, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; do Projeto de Lei nº 021/11, que “dispõe sobre a prática do turismo de aventura no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei Complementar nº 023/11, que “Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público Estadual; o Projeto de Lei Complementar nº 024/11, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 142/08, alterada pelas Leis Complementares nºs 175/11 e 177/11”, de autoria do Tribunal de Justiça.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam se reunir para emitir parecer as matérias constantes da Ordem do Dia.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Dou por reaberta a Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 071/11, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. Informo ainda que, o referido Projeto recebeu 17 emendas e já foi amplamente discutido nas Comissões.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido Projeto de Lei nº 071/11 e o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. Votando “sim”, estarão aprovando a matéria e, votando “não”, rejeitam-na. Informo aos Senhores Deputados que têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

O Senhor Deputado (Célio Wanderley) – Senhora Presidente, peço aos Senhores Deputados votarem favoráveis ao Projeto.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede justificativa de voto – Senhora Presidente, diante da magnitude do projeto e diante da necessidade de reconhecer os trabalhos dos profissionais de trânsito do nosso Estado, voto sim para a reestruturação do Plano de Cargos e Salários.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede justificativa de voto – Senhora Presidente, quero manifestar-me favorável ao projeto e dizer que nunca é tarde, e que os servidores do DETRAN merecem e nós vamos aprovar esse projeto. Voto a favor pelos servidores.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede justificativa de voto – Voto favorável ao projeto no sentido de valorizar os funcionários do DETRAN e toda a direção do sindicato dos servidores do DETRAN. Que essa demonstração de força do sindicato sirva de exemplo para os demais servidores. Estamos andando constantemente junto aos demais sindicatos na semana do servidor, onde o servidor fala em uma só voz que não tem o que comemorar. E, essa Casa hoje, reconhece algo para os servidores do DETRAN que agora podem comemorar a semana do servidor. Quero dizer a classe dos trabalhadores que se organizem, pois está aí um exemplo que foi o DETRAN, através do sindicato, de que é possível conquistarmos o nosso direito de uma maneira organizada com o apoio através de nossas entidades.

O Senhor Deputado Coronel Chagas pede justificativa de voto – Senhora Presidente, caro servidores, votamos sim pelo projeto e queremos apenas parabenizar todos os que pertencem ao DETRAN, desde o seu Presidente até o mais humilde dos servidores. Quero parabenizar o sindicato através de seu Presidente, nosso amigo Emerson, pela forma organizada e inteligente que o sindicato se posicionou nesse assunto, procurando a relatora do projeto, Deputada Aurilena, pela sua capacidade de catalisar todas as demandas da categoria, e a todos os Deputados que participaram da discussão do projeto nas comissões. Então, votamos para valorizar o servidor e dar mais condições para que essa autarquia realize o seu serviço. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede justificativa de voto – Senhora Presidente, eu acho que, mais uma vez, o sindicato do DETRAN deixa uma grande lição para todos nós e para a sociedade de Roraima. O sindicato do DETRAN é extremamente organizado, coeso, valoriza e defende a sua instituição e está integrado pelo que eu pude observar, o que é inédito em Roraima, ao acompanhamento da condição orçamentária e financeira daquela instituição. Fica o reconhecimento dessa organização dos senhores e espero que vocês estimulem os demais sindicatos e possam dizer para eles que é possível, desde que mantenham o diálogo e o respeito com a instituição e com o poder que é a Assembleia, porque pode demorar uns dias, mas, com certeza, o caminho salutar para todos será construído.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede justificativa de voto – Senhora Presidente, o meu voto é sim. Parabéns pelo trabalho de Vossa Excelência que corrigiu algumas coisas, nada que os prejudique, e o resultado eles irão ver agora. Creio eu que a maioria dos Deputados irão votar “sim” em benefício dos servidores públicos. Eu acho que esse é o maior presente que eles ganham na semana do servidor público.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede justificativa de voto – Meus amigos, parabéns a vocês. Quero dizer a todos que fico muito feliz por ter a oportunidade de estar nessa legislatura aprovando o Plano de Cargos e Salários desta instituição tão importante. Parabéns pelo trabalho que vocês fizeram, e podem continuar contando com esta Casa.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais quem queira discutir o Projeto, coloco-o em votação. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando o projeto e votando “não”, rejeitando-o.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 071/11 por unanimidade dos Deputados presentes.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 023/11, bem como o Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Projeto de Lei Complementar nº 023/11, e o Parecer das Comissões em conjunto.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão o Projeto. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-lo, coloco-o em votação. Votando “sim”, estarão aprovando o

projeto e votando “não” rejeitando-o. Informo aos Senhores Deputados que têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Dou por aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 023/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 024/11, bem como do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Projeto de Lei Complementar nº 024/11, e o Parecer das Comissões em conjunto.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão o Projeto. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutí-la, coloco-o em votação. Votando “sim”, estarão aprovando o projeto e votando “não”, rejeitando-o. Informo aos Senhores Deputados que têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Dou por aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 024/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Projeto de Lei nº 033/11, bem como do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Projeto de Lei nº 033/11, e o Parecer das Comissões em conjunto.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho – Quero falar que esse Projeto tem a finalidade de trabalharmos em cima da inclusão social, pois quando falamos de inclusão social não falamos só em fazer uma rampa na frente de estabelecimentos comerciais ou órgãos públicos, e sim dar condições para que as pessoas que tenham necessidades especiais possam ter a facilidade de se locomover durante o seu trajeto. Hoje, aqui na Casa, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a equipe técnica do meu gabinete que trabalhou nesse projeto, também a Associação dos Deficientes Visuais de Roraima, e em nome do Senhor Emerson, Presidente, quero aqui agradecer a presença de todos da Associação. Quero, também, pedir o voto dos meus Pares para a aprovação da matéria que, com certeza, é um assunto muito delicado que vai ser bem apreciado pela Casa. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitando-a. Solicito a abertura do painel de votação.

Senhor Deputado Erci de Moraes pede Justificativa de Voto – Como se trata de um projeto de grande alcance social, envolvendo uma parcela da nossa população que tem dificuldades enormes de conviver sem esse recurso que está sendo proposto pelo Deputado Dhiego, e não só como parlamentar, mas como humanista e cristão, eu não poderia votar contra, uma vez que, apoio a iniciativa do Senhor Deputado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Encerrada a votação. Declaro que o projeto foi aprovado com 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 067/11, que “altera o anexo 4º da Lei nº 773, de 04.05.10, que “Dispõe sobre a instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária”, de autoria governamental. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do relatório das Comissões Conjuntas.

O Senhor Deputado Dhiego Coelho pede Questão de Ordem - Quero aqui pedir para colocar em destaque o Projeto de Lei nº 49/11, e o de nº 021. O de nº 49 fala sobre o selo artesanal, de autoria dos Deputados Brito e Naldo, e o de nº 021, fala sobre o turismo de aventura, de autoria do Deputado Brito.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Deputado Dhiego, nós estamos seguindo aqui uma ordem. Após este projeto teremos um do Deputado Chagas e já vêm os dois seguintes. Nós estamos em uma votação.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Projeto de Lei nº 067/11, e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão o Projeto de lei nº 067/11.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutí-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão o projeto e, votando “não”, rejeitam-no. Solicito a abertura do painel de votação.

Encerrada a votação. Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 067/11, por 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 021/11, que “dispõe

sobre a prática do turismo de aventura no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Projeto de Lei nº 021/11, e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, quero enfatizar, como todos os nobres colegas, que esse projeto é de extrema relevância para que possamos regulamentar a prática do turismo de aventura, dando segurança a todos os usuários do turismo de aventura no nosso Estado. Peço a todos os Deputados que votem “sim” pela aprovação do Projeto. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a. Solicito a abertura do painel de votação.

Encerrada a votação. Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 021/11, com 20 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 051/11, que “dispõe sobre a instituição da semana cultural das fanfarras e bandas do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Coronel Chagas.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Projeto de Lei nº 051/11, e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, apenas para enfatizar que o Projeto tem por finalidade estabelecer a Semana do mês de novembro como a data em que já se realiza o tradicional concurso de fanfarras e bandas do nosso Estado que faz parte de forma informal do calendário do nosso Estado para que faça efetivamente de forma oficial. Então, desde já pedimos a todos os colegas desta Casa voto favorável ao projeto. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a. Solicito a abertura do painel de votação.

Encerrada a votação. Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 051/11, com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 049/11, que “dispõe sobre o selo artesanal para produtos alimentícios, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o Projeto de Lei nº 049/11.

Senhora Presidente, o Projeto de Lei nº 049/11, recebeu um substitutivo de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Ionilson Sampaio) – Lido o substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/11, e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a. Solicito a abertura do painel de votação.

Encerrada a votação. Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 049/11, com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Senhores Deputados, encontra-se na pauta para votação cinco Projetos de Decreto Legislativo 024/05, 031/05, 034/05, 035/05 e 036/05, que concede a Comenda Orgulho de Roraima a diferentes pessoas. Portanto, gostaria de consultar o Plenário sobre a possibilidade de fazermos uma votação em bloco por tratar-se do mesmo objeto.

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, acredito que se deveria levar em conta essa votação em bloco, pois existe um outro projeto de autoria do Deputado Brito Bezerra que está propondo conceder a comenda para dez pessoas

diferentes e está no mesmo projeto. Portanto, poderíamos até definir um critério, ou se vota em um só, ou no todo.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Só estou propondo a votação em bloco por tratar-se de projetos com o mesmo objeto e por já se encontrarem na Comissão há muito tempo. A Casa já tem várias pessoas esperando para receber a Comenda em uma solenidade, então, o estou querendo é que votemos os cinco projetos em bloco e não separadamente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, peço que a votação dos projetos seja feita individualmente, até porque, recentemente, assinei uma Moção de Apoio a Ex-Secretaria de Educação e depois descobri que ela tinha sido conivente com superfaturamento. Então, hoje estou escaldado. Por isso, peço para votarmos um a um os projetos, até porque não conheço todas as pessoas homenageadas e gostaria de saber quem são e se realmente merecem a Comenda Orgulho de Roraima.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, todos os Projetos que concedem a Comenda Orgulho de Roraima, ou outra comenda qualquer, vêm acompanhados da biografia da pessoa homenageada, senão estiver dentro do projeto, nenhum deve ser votado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Não consta biografia nenhuma dentro dos projetos e é bom saber que esses projetos são todos de 2005, se não votarmos logo, isso poderá virar homenagem póstuma pelo tempo que está levando.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu concordo com o Deputado Mecias. Claro que não é obrigado o Parlamentar conhecer a pessoa indicada pelo outro, cada um valoriza sua indicação de acordo com a sua visão. Contudo, deve haver pelo menos uma biografia, um currículo mínimo para que nós possamos avaliar. Tomamos a decisão que iríamos colocar em pauta todos os projetos que estivessem aqui e que pudessem ser rejeitados. Então, vamos colocar em votação o projeto e os Deputados votem a favor ou contrário, como queiram.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio pede Questão de Ordem – A assessoria legislativa está nos informando que não há necessidade de ter um currículo para apresentar para receber a Comenda Orgulho de Roraima que é diferente do Mérito Legislativo, el só é necessário se for para a Medalha do Mérito Legislativo.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede Questão de Ordem – Muito bem. Então, o autor do projeto deveria pelo menos estar aqui para dizer quem é o cidadão. Há algumas pessoas que nós conhecemos como Dr. Wilsom Franco, o Dr. Carlos Fernandes Neves, a Dra. Francineia, mas, há alguns que não conhecemos e, seria natural e necessário que o autor do Projeto pelo menos explique quem são essas pessoas. Gostaria de pedir a Vossa Excelência que tirasse de pauta esses projetos e deixasse para a Ordem do Dia de amanhã. Se já está desde 2005 aqui, por que tanta pressa agora?

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, demais colegas, deixa eu fazer aqui uma Questão de Ordem para que o Plenário analise. Nós tiraríamos o Projeto de Decreto Legislativo 024/05, de autoria do Deputado Raul Lima, porque não sabemos quem é o Senhor Mário, mas os quatro outros, de autoria do Deputado Guerra, são de pessoas conhecidas e podem ser votados sem a biografia, todos com destaque na nossa sociedade, e o do Senhor Carlinhos Freire nem se fale, pois sabemos da importância desse homem para nosso Estado. Ele já gerou emprego para muita gente aqui em Roraima. Então, tiraríamos da pauta o 24/05, e os outros quatro como são de pessoas conhecidas de todos aqui presentes seriam votados em bloco se assim o Plenário deliberar.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, se algum colega como o Deputado **Soldado Sampaio** não conhecer nenhum desses nomes, é para isso que existe a abstenção, e se vai votar por achar que não merece e porque não conhece, se abstenha da votação.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** pede Questão de Ordem – Eu concordo com o Deputado **Flamarion Portela**. Se alguém tem alguma dúvida, eu acho que eu e o Deputado **Chico Guerra** podemos dar o currículo de cada um, pois trabalhei com todos eles, tive a oportunidade de conviver, com eles por mais de 20 anos, sei todos os cargos que ocuparam e ocupamos juntos durante esse período, e podemos fazer uma explanação individual de cada um.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhora Presidente, com relação a esses quatro não há necessidade. Eu estava me referindo àqueles que não são conhecidos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Colocamos em votação. A votação será simbólica. A votação dos quatro projetos deliberados, do Projeto de Decreto Legislativo 031/05; do Projeto de Decreto Legislativo 034/05; do Projeto de Decreto Legislativo 035/05, e do Projeto de Decreto Legislativo 036/05. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovados por unanimidade dos Senhores Deputados.

Moção de Aplauso ao grupo de ações táticas especiais GATE, de autoria do Deputado **Sargento Damosiel**. Como o Deputado não se encontra em plenário, vou transferir a Moção de aplauso para a Ordem do Dia de amanhã.

O projeto do Deputado **Brito Bezerra** já está pronto para a votação de amanhã.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede Questão de Ordem. O Deputado **Brito Bezerra** não é autor do projeto, o autor é o Deputado Naldo que é autor do relatório e do substitutivo.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Exatamente, o que não havia Deputado, era o substitutivo ao projeto de lei 049/11. Colocamos em discussão o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 049/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) - Lido o Substitutivo ao Projeto 049.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, esse projeto vem de encontro com a necessidade do pequeno produtor, da agricultura familiar que está passando por dificuldades para comercializar seus produtos hoje no comércio local, uma vez que, não tem o selo que possa permitir fazer esse comércio aqui, de produtos como: queijo, iogurte, e outros derivados, que são feitos de maneira artesanal. Em todo Brasil existe isso, mas aqui em Roraima a fiscalização havia impedido as pessoas de produzirem os seus produtos. Para se ter uma ideia, muitos produtores de leite estão vendendo suas matrizes em virtude de não poderem mais beneficiar os produtos, já que não temos nenhuma indústria que possa comprar diretamente o leite. Então, é de fundamental importância esse projeto. O Deputado Brito fez a regulamentação do produto e nos apresentou o projeto, nós deixamos que a regulamentação fosse feita pelos órgãos competentes, pela Secretaria de Agricultura. O Deputado Brito achou por bem fazer a regulamentação, mas, mesmo assim, será sempre modificada ao passar do tempo porque vai ser reaproveitado nosso produto e vai ter que ser inserido nesse contexto. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – o Deputado Brito saiu, mas quero destacar o esforço do Deputado Brito e do Deputado Naldo nesse Projeto. Os dois têm sido testemunhas da batalha hoje, dos nossos produtores rurais, que fabricam queijo na fazenda, vendem seu leite, tiram o mel de abelhas, devido a dificuldade que têm de comercialização por exigência das leis de serviços de expensão, seja Estadual ou Federal. Então, o selo artesanal vem ajudar esses produtores a comercializarem seus produtos, que são produzidos não de forma industrial, e sim de forma artesanal. Quero registrar o esforço dos Deputados e a importância desse projeto.

Não havendo mais quem queira discutí-lo, coloco em votação o Projeto 049/11.

Solicito a abertura do painel para votação.

Declaro aprovado o Projeto com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Hoje foram deliberados 16 projetos, e amanhã já fica convocado as Comissões Conjuntas para analisar vários projetos de autoria dos Deputados. Inclusive, desses 16 projetos tivemos apenas um do Ministério Público, um Tribunal de Justiça, dois de autoria Governamental e outros de autoria Parlamentar.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Quero convocar duas Comissões para uma reunião hoje à tarde. A primeira, a que “cria Comissão Especial Interna” para analisar e dar Parecer a Proposta de Emenda à Constituição n 006/11. Essa Comissão constituída pelos Deputados: Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael e Mecias de Jesus, para às 15 horas; e a segunda Comissão, que “Cria Comissão Especial Externa” para analisar e dar Parecer ao Projeto de Lei, 078/11 e ao Projeto de Lei Complementar 025/11, ambos de iniciativa do Poder Executivo, relativo ao IPER, para às 16 horas, constituída pelos Senhores Deputados: Ângela Portella, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jean Frank, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Marcelo Natanael e Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Senhora Presidente, quero parabenizar a Mesa pela iniciativa de ter colocado todos esses projetos em votação. Posso dizer que hoje foi o dia mais feliz nesta Casa, não só pelo meu Projeto de ter sido aprovado, mas pelos projetos que foram colocados em votação. Creio que tudo fica em harmonia. Todos os Deputados presentes estão aqui para prestigiar os demais Pares. Que esta Casa e seus Assessores possam ter um efetivo trabalho no intuito de por todos os nossos projetos em votação. Muitas vezes pode ser um projeto que significa pouco, mas para aquelas pessoas que vão receber o benefício, significa muita coisa. Então, não é viável o projeto passar seis, sete, oito meses, um ano aqui, há projeto que tem cinco anos rodando na Casa para aprovação, muitas pessoas ficam esperando essa aprovação e devido a isso não recebem o benefício. A aprovação dos projetos é importante, fomos eleitos para trabalhar em prol do povo e aprovar matérias de grandes relevâncias como a que foi aprovada hoje, para benefício da nossa sociedade. Parabéns, a assessoria da nossa Casa que trabalha nos bastidores para aprovação dos Pareceres. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Dhiego, quero me congratular com a Mesa. Temos insistido que é necessário o Parlamento avaliar, votar projetos de Parlamentares. Nós somos muito celeres, e demonstramos isso infinita vezes, com Projetos do Executivo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e, às vezes, somos muito morosos com os Projetos dos Deputados. Agora há pouco, conversando com o Deputado Brito, cheguei a destacar que realmente alguns Projetos foram construídos por Deputados dessa legislatura e estão, no momento, demonstrando a boa vontade de fazer fluir os Projetos dos Parlamentares. Portanto, só quero enaltecer a Mesa por isso, e que continue com esse mesmo espírito, pois muitas vezes a gente se frustra em ver o Projeto lá na gaveta. Que venha ao Plenário, que se vote a favor ou contra, pois isso é legítimo no Parlamento, não se pode deixar o tempo passar e não votar. Hoje, na Ordem do Dia, havia Projeto de 99, 2005, isso é uma prova clara do que eu sempre disse aqui desde o começo. Então, que se mude um pouco esse foco de priorizar sempre os Projetos das outras instituições, o que é nosso dever fazê-lo, mas que, também, se dê o mínimo de prioridade aos projetos dos Parlamentares.

O Senhor Deputado **Jean Frank** – Senhora Presidente, diante das denúncias trazidas a esta Casa pelo Deputado Dhiego, referente ao sistema prisional, convoco para, no dia 04 de novembro, os integrantes da Comissão de Administração e Segurança Pública, Deputado Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Dhiego Coelho e Remídio Monai, fazermos uma visita, às 09h da manhã, à Cadeia Pública e à Penitenciária de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quero registrar, com muito respeito e carinho, felicitações a um irmão nosso, radialista, redator, o Senhor Júlio Torreias que faz aniversário hoje. Que Deus o abençoe, ilumine, e que possa ter tudo de bom em sua vida. Quero cumprimentar o Deputado Ionilson e, em seu nome, cumprimentar a todos. Hoje, também se comemora o dia da democracia. Antigamente, quando não se tinha essa democracia liberal que há hoje, faziam festa, passeatas, e hoje, como está tudo liberado, nem se lembram mais. Quero cumprimentar o Deputado Coronel Chagas, pois Vossa Excelência tem o pé quente. Ontem foi escolhido, através de jurado, a servidora mais bonita e o servidor mais bonito e, por incrível que pareça, os dois que o Coronel patrocinou ganharam em primeiro e segundo lugares, e na disputa nos deixou para trás. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhora Presidente, quero parabenizar os meus colegas cirurgiões-dentistas, pois hoje é comemorado o dia do cirurgião-dentista. Quero deixar o meu abraço especial a cada um deles. Acredito que todo mundo tem o seu dentista, o profissional que frequenta, que faz seu tratamento. Então, dê ligadinha e o parabenize hoje. Portanto, a odontologia está de parabéns e deixamos um abraço a todos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Presidente, destaco as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado através da Secretaria de Administração à semana do servidor. O servidor público é o que atende o cidadão nas mais diversas áreas, e essa iniciativa do Governo de destinar uma semana do mês para realizar eventos para que eles interajam, se confraternizem, é muito importante, porque isso motiva o servidor. Como falou há pouco o nosso colega Chicão, houve o concurso ontem da mais bela servidora e do mais belo servidor público, isso é uma forma de confraternização de todos e, também, faz parte

do nosso papel apoiar essas iniciativas. Então, os mais belos servidores do Estado de Roraima foram escolhidos ontem pelos jurados. A primeira colocada é uma bombeira militar, Monique. A segunda mais bela é uma policial militar, e o mais belo servidor é um policial militar. Então, o evento aconteceu num ambiente bastante alegre, com bastante participação dos servidores, no Palácio Latife Salomão. Portanto, nossos cumprimentos ao Governo do Estado por essa iniciativa.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Deputado Chagas, eu também estive lá participando como servidora participando de um campeonato. Quero parabenizar todos os Dentistas, em nome do Doutor Alvaro Callegari, pela passagem do dia Dentista e, também, pedir aos colegas que amanhã se reúnam as Comissões conjuntas para deliberarmos os projetos que se encontram nessas Comissões, para que possam entrar na pauta da ordem do dia.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 26, à hora Regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 26/10/11

ATA DA 2064ª SESSÃO, EM 26 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexagésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, declarando de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã – ABC, e dá outras providências.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, declarando de utilidade pública a Liga Roraimense de Direitos Humanos – LRDH, e dá outras providências.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Soldado Sampaio, declarando de utilidade pública a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima – APBM/RR, e dá outras providências.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Marcelo Natanael, ao Governador do Estado, solicitando “reforma e ampliação da Escola Estadual São Francisco, no município de Bonfim”.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Marcelo Natanael, ao Governador do Estado, solicitando a “construção de uma quadra de esporte coberta, na Vila de São Francisco, no município de Bonfim”.

Requerimento s/nº, do Deputado Marcelo Cabral, requerendo prorrogação de prazo por 15 dias, ao Projeto de Lei nº 050/2011, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que “dispõe sobre consignações facultativas em folha de pagamento de servidores públicos, das parcelas referentes a financiamento ou consórcio de imóveis, e dá outras providências”.

Requerimento nº 003/11, da Comissão Especial Interna, Criada

Através da Resolução nº 023/11, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento por igual período desta Comissão Especial, que analisa a proposta de Emenda Constitucional nº 003/11, de autoria de Vários Deputados, que “modifica o art. 174 da Constituição do Estado de Roraima”.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, quero registrar a honrosa presença nesta Casa, do meu amigo e empresário Edilson, do Parque de vaquejada Ideal, que está promovendo uma grande festa em Caracará e está convidando todos os Deputados e a todos para prestigiarem essa grande festa, sexta, sábado e domingo, com 22 mil reais em prêmio, mostrando a cultura nordestina, e a cultura roraimense. Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes. Eu iria começar o meu discurso falando da AACD, mas como recebi um telefonema de um amigo pessoal meu que é da Caixa Econômica Federal, o Doutor Bragato, colocando aquela instituição à disposição desta Casa, pois há um conjunto habitacional com 288 apartamentos na Cidade Satélite, prontos, e ele está se oferecendo para vir aqui nesta Casa para atender todos os funcionários que não tenham Casa e queiram um apartamento, para fazer um convênio com a Presidência da Assembleia para que as parcelas referentes ao valor dos imóveis sejam descontadas em folha de pagamento. Consta no apartamento dois quarto, sala, cozinha e banheiro, há segurança 24 horas, a prestação é de 240 reais, e a inauguração está prevista para o final do mês de novembro com toda infraestrutura pronta. Podem participar aqueles que ganham até mil e duzentos reais, mas aí os funcionários vão dizer: “ eu tenho vale alimentação”. Isso não implica, porque o que vai valer é o salário de mil a dois mil reais. Todos os funcionários que queiram fazer esse financiamento podem procurar a minha Secretária Cria, que dará qualquer informação para vocês. Outro detalhe é que não precisa ser funcionário concursado, os funcionários de cargo comissionados também podem participar.

Deputado Brito, Vossa Excelência que é um homem voltado ao ramos dos negócios, saiu da classe empresarial de Roraima, da classe que gera empregos e oportunidades, que produz a riqueza do nosso Estado, e passou para a área pública, sistematicamente vem a tribuna falar em geração de emprego, em criar oportunidades para os nossos estudantes que saem das nossas universidades todos os anos. Quero colocar à Vossa Excelência, Deputado **Brito Bezerra**, e aos Senhores que estão aqui nos assistindo, que se nós conseguimos trazer uma indústria de chaminé, nós, aqui no nosso Estado, temos capacidade e inteligência para trazer um outro tipo de indústria.

A Deputada Aurilena, que é mãe, teve problemas de saúde como eu tive. Quem assistiu, na semana passada, o Teleton, no Sílvio Santos, até porque ele cede 348 horas da sua televisão para realizar esse trabalho, viu que vão ser construídas duas unidades da AACD, uma na Paraíba e a outra em Sergipe. Tive a oportunidade, e, infelizmente, o Deputado Ionilson Sampaio não está aqui de conhecer a unidade do Recife. A AACD tem três oficinas hoje no Brasil, Deputado Flamarion Portela, uma no sudeste, uma no sul e outra no nordeste, especificamente no Recife. E, eu tive contato com a direção da AACD em São Paulo e perguntei qual a menor unidade da associação que atende crianças e adultos com deficiência, ou seja, as pessoas especiais. Para Vossa Excelência ter uma ideia, Deputado Flamarion, a menor unidade que eles têm no Brasil tem 178 funcionários. Sendo que, são 10 fisioterapeutas, 04 odontólogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, funcionários da limpeza, manutenção, informática. Se nós criarmos a oficina na região norte, a exemplo da que está instalada em Recife, onde gera 171 empregos diretos e indiretos, teremos 144 empregos. Se somarmos, são mais de 300 empregos desde o artesanato. Vossa Excelência vai me perguntar: isso tem custo? Tem. O Estado ou a prefeitura entra com a área e a infraestrutura, porque há algumas exigências, devido ao trabalho feito com pessoas especiais. Mas, que benefício isso trás? Olha o tamanho e a grandeza de uma indústria dessa. Primeiro, porque é uma indústria do bem. Segundo, porque vai atender as crianças e os adultos que não têm condições de ir para hospitais particulares fazer uma cirurgia. São 59 tipos de serviços que a AACD oferece em nível de Brasil. Quem tem dinheiro vai fazer exames no hospital particular, na AACD para aqueles que não têm o serviço é gratuito. Mas, prestem atenção quantas pessoas serão beneficiadas, pois iremos criar um mercado de

trabalho para os artesãos. Imaginem o que isso representaria para os países limítrofes que não têm uma AACD como a Venezuela, que é do tamanho do Estado de São Paulo, para a gente atender, a Guiana que é do tamanho do Estado do Amazonas. Eu acho que estamos precisando de iniciativa, porque Sergipe é do tamanho de Caracará e lá está se instalando uma AACD. Não há uma indústria melhor de se trazer para Roraima do que essa. Eu não estou falando de um hospital, porque envolve oficina, envolve o trabalho nobre e digno que essa entidade faz pelo povo brasileiro. Essa entidade atende crianças de dois anos até pessoas de noventa anos de idade.

Então, Deputado Jalser, Vossa Excelência que é jovem e Roraimense de nascimento, que militou na imprensa e vive como parlamentar, sabe e tem noção disso que eu estou falando sobre as pessoas que moram no nosso interior, na nossa periferia, na periferia de Manaus, nos Municípios do interior do Amazonas, que não têm acesso à saúde. Imaginem se nós conseguirmos trazer essa entidade ano que vem, porque temos que começar agora, pois há mais de vinte e oito pedidos para a instalação da AACD em 2013. E, nós seríamos prioridade porque ainda não há uma no Norte. Imagine, Deputado, o movimento em torno da AACD do Recife. Lá há mais de 16 hotéis agora, isso depois que essa entidade foi instalada, porque vem gente do Nordeste todo para oficina, para experimentar uma prótese. Imagine o que isso gera para a indústria de hotelaria que é outra indústria sem chaminé, Deputados, para os restaurantes, os transportes rodoviários, aviários, e o quanto isso aqueceria a economia do nosso Estado que, neste momento, precisa muito de recursos. Faço um apelo ao Presidente da Casa que compre essa briga ou melhor dizendo, que compre essa ideia, que vá com outra autoridade, em outro poder, no Poder Executivo. Vamos esquecer quem é oposição ou situação, e nos unir por uma boa causa. Prefeito de Boa vista, Governador do Estado, Presidente da Casa, vamos formar uma corrente para que possamos trazer uma instituição como esta aqui para o nosso Estado, porque o povo brasileiro e as empresas fazem investimentos todos os anos para a construção dessas unidades. Até o ano passado, era uma unidade para cada Federação, agora, serão duas unidades para cada Federação. E, nós temos que ousar, que acreditar que somos maiores e melhores que os outros Estados do Norte. Não queremos ser diferentes, mas se não ousarmos e trazermos para Roraima esse tipo de indústria, não poderemos competir com o Amazonas, com esse polo industrial. Então, a saída é buscar essas alternativas que eu estou colocando aqui para os Senhores. O segundo ponto que quero colocar aqui, é que hoje eu ouvi, não sei se de algum parlamentar colega meu, ou de alguém que está nos assistindo, informações sobre uma reportagem a respeito dos irmãos haitianos que estão na fronteira do Brasil, especificamente, em Tabatinga. Veja, Deputado Flamarion, a sua esposa é Senadora da República, o Governo Federal incentivou para que essas pessoas viessem para o Brasil, facilitou a entrada de mais de 280 pessoas que, hoje, já somam 700 haitianos vivendo no país, entre crianças, mulheres e homens, de forma precária, desumana, que são atendidos por dois padres em tabatinga. O Governo Federal incentivou que essas pessoas entrassem em nosso País que durante toda sua história, foi um País de braços abertos. O Deputado que preside a Mesa é do Rio Grande do Sul, o Marcelinho é de Monte Alegre, uma das poucas cidades onde os semáforos são diferentes no norte do Brasil, no Estado do Pará. Eu sou do Amazonas, o Deputado Flamarion do Ceará, o Deputado Gabriel lá da terra do Boi Bumbá, Parintins, e assim, nos criamos esse mosaico que é o Estado de Roraima. O que quero dizer com isso é que nós somos esse Brasil de migrantes que vieram da Europa, da África, da Ásia e construíram essa Nação maravilhosa. Todos nós somos imigrantes, pois cada um que está aqui tem sua origem em outros Continentes. Vocês podem estar se perguntando: o que um Deputado de Roraima tem a ver com 700 pessoas vivendo precariamente em Tabatinga? Deputado Flamarion, citei sua esposa, que é Senadora da República, porque o Governo Federal tem interesse em ajudar essas pessoas através de um projeto de assentamento. Nós somos diferenciados do Amazonas, pois temos maior facilidade de criar projetos de assentamento. Esse monte de homens e mulheres que alí estão, nós poderíamos assentá-los lá, pois é uma região que precisa ser urgentemente habitada até para que se evite o roubo do que nos é mais precioso, que são as coisas que estão na natureza, que a natureza nos oferece. O contrabando que assola o Sul do Estado, principalmente Santa Maria, Caicubi e Terra Preta, das nossas riquezas naturais que vão desde a tartaruga, às frutas, peixes

regionais que são exportados para a Europa, que são enormes. Portanto, se fizéssemos um projeto de colonização voltado para que se explore as coisas da natureza de forma correta, com certeza poderíamos assentar ali dezenas dessas famílias que estão vivendo miseravelmente em Tabatinga. Entretanto, as pessoas poderiam chegar e questionar o fato de termos os “nossos irmãos” que vivem miseravelmente no nordeste, mas, a situação mudou muito. Se nós pegarmos nos últimos cinco anos a migração das pessoas do nordeste para Roraima, ela mudou acentuadamente. Se pegarmos os dados do IBGE, recentemente, mais de 61% dos migrantes que vieram nos últimos cinco anos para Roraima, são pessoas extremamente qualificadas em busca de concursos públicos aqui oferecidos, em busca de investimento na iniciativa privada, tanto na área do comércio, quanto na área da hotelaria e do agronegócio. Então, a migração mudou porque a qualidade de vida melhorou. Todos sabem que a renda que mais subiu no Brasil foi a renda do povo nordestino. Não quero dizer aqui que seja uma concentração de renda não, tanto é que o consumo do povo nordestino, de acordo com o último PIB divulgado, triplicou em relação à região mais rica do Brasil, que é a região sudeste. A situação era tão precária que eles tiveram um aumento de qualidade de vida três vezes maior. Não é que eles estejam melhor que o sul e o sudeste, mas é que a qualidade de vida deles era tão ruim, que ao triplicarem eles melhoraram e deram um exemplo do crescimento da região nordeste para o Brasil. Os haitianos já estão aí, se nós não criarmos uma oportunidade para este povo, a tendência é eles saírem de lá e virem para a periferia de Boa Vista, de Manaus, sem falar português, criando, assim, um outro problema social com um custo muito mais caro para os dois Governos, mas, se nós fizermos um projeto de assentamento, captando recursos do Governo Federal, e com certeza, a Presidente Dilma vai olhar com carinho, pois foi ela que determinou que não se criasse dificuldades na entrada desses Haitianos lá na nossa fronteira, voltado para a exploração das nossas riquezas naturais, da castanha, do peixe, na área da avicultura, e nós temos condições de fazer isso. Com eles entrando nos dois programas sociais, tanto no Bolsa Família como no crédito solidário, estaríamos começando um trabalho de valorização do Baixo Rio Branco. É louvável o trabalho que a Universidade Estadual está fazendo, mas é muito pouco, nós precisamos aumentar nossa população e eu vou falar nos quatro anos do meu mandato sobre o problema da industrialização do Estado, pois nenhuma indústria de médio porte se instala em um Estado com quatrocentos mil habitantes, quatrocentos e cinquenta e três mil habitantes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Fico feliz em ouvir um discurso deste aqui na Assembleia, pois sabemos que o nosso Estado passa por dificuldades, e que não temos um plano de desenvolvimento para Roraima. Lembro aqui que tive a oportunidade, na legislatura passada, de praticamente fazer um discurso a respeito do desenvolvimento do nosso Estado quando me referi a Raposa Serra do sol, que era irreversível por se tratar não só da vontade do povo brasileiro, mas, das pressões internacionais que sofríamos. Então, sempre achei que a Raposa Serra do Sol deveria ser negociada com o Governo Federal como benefício para o nosso Estado, mas quando poderia ter sido negociada, perderam essa oportunidade e demarcaram sem dar nenhuma contrapartida para o nosso Estado. Quando se falou da ZPE e da Zona de Livre Comércio, o que se badalou e o tanto de propaganda política que se fez em cima delas. A ZPE aqui no Estado, com a estrutura que nós temos aqui, não funciona, pois vamos produzir para vender para quem, escoar por onde e para onde? É igual a zona de Livre Comércio, há a concorrência de Santa Elena do Uairen, Lethem e o comércio de Manaus, o mercado interno não é suficiente para estimular ninguém a importar e a ficar aqui, só para abastecer o mercado interno, isso não basta, pois ninguém muda seus eletrodomésticos todo ano. Então, com o gênero alimentício talvez tivéssemos algum benefício, mas como desenvolvimento, como carro chefe do nosso Estado, temos mais é que esquecer isso. Nós precisamos é investir no agronegócio, no pequeno agricultor que é o caminho natural da região norte e de todo o País. Com exceção do Amazonas que se desenvolveu através da Zona Franca, o resto do País se desenvolveu dessa forma, investindo na agricultura de subsistência, depois na agricultura de médio e pequeno porte, para depois investir na agroindústria e na industrialização. Não se pode pensar em Roraima como o resto do Brasil, pois temos Manaus e o Caribe como mercado consumidor, e

precisamos ter essas saídas consolidadas para que se possamos, efetivamente, estabelecer um plano de desenvolvimento desse Estado com garantias reais. Vê-se a questão das pessoas que querem investir aqui no Estado. Temos a Lei 215, que está sendo contestada. Então, qual garantia as pessoas têm de vir para cá baseados em cima do incentivo que o Estado lhe daria, se a própria estrutura governamental não se mantém? Então, Deputado Joaquim, parabéns Vossa Excelência pelo seu discurso e acho que precisamos encontrar ideias novas para que possamos trazer o desenvolvimento para o Estado de Roraima. Obrigado

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua. Obrigado Deputado Célio. Deputado Chicão, acho que Deus me deu essa oportunidade para que eu pudesse falar sobre essas coisas, pois precisamos não só de um Projeto como a AACD. Quero fazer um apelo a todos os colegas, especificamente as mulheres que são mais sensíveis do que nós homens, de colocarmos parte de nossas Emendas para criarmos a Fazenda Esperança Feminina, e que possamos alocar um pouco de recursos para construir a estrutura física que falta na Fazenda Esperança Masculina. Eu tive a oportunidade de conhecer a Fazenda Esperança, tanto a masculina, quanto a feminina, em Manaus, e vi a grandeza desse projeto ao servir as famílias que tem algum dependente químico em sua casa. Não tenho vergonha de dizer que na minha família tenho um filho dependente químico, e sei o quanto é duro para um pai e para uma mãe conviver com um problema desse dentro de casa. Só quem vive uma situação semelhante sabe o que estou falando, sabe como estou lutando contra isso dentro do meu coração e como dói no fundo da minha alma. É importante que a gente apoie essas entidades para que amanhã uma mãe, um pai, não passe o que eu estou passando. Às vezes, olhamos para o vizinho e achamos que isso não vai acontecer na nossa casa, e muitas vezes nem percebemos que já está acontecendo com alguém da nossa família. O problema da droga em Roraima é muito sério, é gravíssimo, e o trabalho que a Fazenda Esperança, através da Igreja Católica, faz, lá onde era a Vila São Raimundo, entre Mucajá e Iracema, é um trabalho fantástico que está pedindo socorro. Se nós não apoiarmos aquele Projeto, a tendência é a Fazenda Esperança, fechar. Para vocês terem uma ideia, hoje, há 22 jovens lá, e há uma lista de mais de 280 para entrar, entretanto lá só entra aquele jovem que diz: “eu preciso me tratar”. Quem conhece o projeto sabe que ninguém vai obrigado. Preste bem atenção, há mais de 280 na lista de espera para poder entrar, jovens na faixa etária de 15 a 22 anos. Quando abriu a primeira lista para instalar a Fazenda Esperança Feminina, só em dois dias, em Mucajá, 57 pessoas foram inscritas, isso é para vocês terem noção da situação no nosso Estado. E, assim como o Silvío Santos pediu no Teleton que nós ajudássemos a AACD, faço esse apelo, sem ser Silvío Santos, para que possamos colocar um pouquinho da nossa Emenda para fazermos as construções básicas que estão pendentes na Fazenda da Esperança Masculina. E, que através da nossa Casa, do Presidente Chico Guerra que ajuda, pois sei que ele ajuda, façamos uma pressão para que o Governo do Estado ajude e encontre uma solução para criarmos a Fazenda Esperança Feminina. Muito obrigado pelo espaço. Sei que ao meu lado estão aquelas pessoas que querem o bem a Roraima e, acima de tudo, peço a Deus que ilumine todos vocês que estão aqui, para tentarmos resolver ou pelo menos contribuir com esse problema que coloquei aqui, que é gravíssimo em nosso Estado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) - Não havendo mais Orador, passamos para Ordem do Dia. Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 023/11, que, “altera e acresce o dispositivo à Lei Complementar de nº 003/94, que “Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público Estadual; do Projeto de Lei Complementar de nº 024/05, que “Altera o dispositivo da Lei Complementar nº 142/2008, alteradas pelas Leis Complementares de nº 175/11, 177/11, de autoria do Tribunal de Justiça; discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei 050/11, que “Dispõe sobre consignações facultativas em folha de pagamento dos servidores públicos, das parcelas referentes a financiamento, a consórcios, e dá outras providências”, de autoria do Coronel Chagas; do Projeto de Decreto Legislativo de nº 024/11, que concede a Comenda Orgulho de Roraima a Mário José Sousa Ribeiro, e dá outras providências; da Proposta de Moção nº 002/08, de Ações Táticas Especiais – GATE.

Em Discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei 023/11.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutí-lo, em votação. A votação será nominal e eletrônica, nos termos do parágrafo IV do artigo 232 Regimento Interno. Comunico aos Senhores Parlamentares que têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado, em segundo turno, por 14 votos favoráveis, o Projeto de Lei Complementar 023/11.

Em discussão o Projeto de Lei 024/11, "Altera o dispositivo da Lei Complementar n 142/2008, alteradas pelas Leis Complementares de n 175/11, 177/11.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutí-lo, colocou em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito ao técnico a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar n 024/11, com 14 votos favoráveis.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei n 050/11, e do Parecer das Comissões em Conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Lido o Projeto de Lei 050 e Parecer.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Em discussão o Projeto de Lei com suas Emendas.

Não havendo nenhum Deputado para discutí-lo, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica.

Solicito ao técnico a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede Justificativa de Voto - Eu vou votar "sim" ao Projeto do eminente Coronel Chagas, mas, tenho absoluta certeza que, o Projeto do colega será vetado por conta da inconstitucionalidade, porque, infelizmente, os Poderes Legislativos desse país são limitados aos Projetos de Lei, e na nossa Assembleia não é diferente. Realmente, existe uma boa vontade do Parlamentar com relação a esse Projeto. Contudo, gostaria que o Parlamentar fizesse um bom trabalho político pós-projeto, porque senão será aplicada a inconstitucionalidade, e o projeto virá para esta Casa com certeza com Veto, se Vossa Excelência não usar a boa política que tem.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Dou por aprovado por 13 votos favoráveis, em turno único, o Projeto de Lei 050/11.

Trânsito para Sessão de amanhã o Projeto de Decreto Legislativo n 024/05 e o Projeto de Moção de Aplauso n 002/08.

Não havendo mais nada a tratar na Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convocou outra para o dia 27, à hora regimental.

Estiveram Presente os Senhores Deputados: **Ângela portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coêlho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remído Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 27/10/11

OUTRAS PUBLICAÇÕES CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM

RESOLUÇÃO N 009/2011.

Dispõe sobre a disponibilização do Assessor Jurídico deste Poder Legislativo para assessorar Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução 007/11 e Requerimento 001/11.

O Presidente da Câmara Municipal de Bonfim, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII do art. 36, do Regimento Interno desta Casa.

Resolve:

Art. 1º - Colocar a disposição a partir desta data, o Assessor Jurídico **Fernando Pinheiro Santos**, desta Casa Legislativa, para desempenhar suas funções na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução 007/11 e Requerimento 001/11, lido na Sessão Plenária de 13 de setembro do corrente, para investigar atos do Poder Executivo Municipal que culminaram com aquisição de

bens e serviços, diante de irregularidades apontadas no Processo Licitatório, conforme denúncia do senhor José Maria Barbosa Silva, RG n 3816747/SSP/PA E CIC 645 250 902 00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Cajazeiras, 08 de novembro de 2011.

Engº Genner Dantas Monteiro

Presidente da Câmara Municipal de Bonfim.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/CPI, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N 007/2011, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2011.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de Bonfim, sito a Rua XV de Novembro, n 58, Centro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução n 007/11, destinada para, nos termos do inciso XIV do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Bonfim, art. 50 e seus §§ do Regimento Interno da Câmara, e Requerimento, datado de 30 de agosto do corrente, de autoria de 1/3 dos Membros da Câmara deste Município, lido na Sessão Plenária do dia 13 de setembro do corrente, para investigar atos do Poder Executivo Municipal que culminaram com aquisição de bens e serviços, diante de irregularidades apontadas no Processo Licitatório conforme denúncia do Senhor **José Maria Barbosa da Silva**, RG N 3816747/SSP/PA e CIC n 645.250.902-00. Sob a Presidência do Senhor Vereador **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente desta Comissão, com a presença do Senhor Vereador, **Cidraque Dias da Silva**, Relator e ausência do Senhor Vereador, **Hamilton da Silva**, Membro.

I - ABERTURA DA REUNIÃO

Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão, proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Feita a leitura da Ata, o Senhor Presidente colocou-a em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. Por determinação da Presidência desta Comissão, as falas serão transcritas na íntegra.

II - EXPEDIENTE

O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo - Consta no Expediente Ofício número 049/2011/PJM-Bonfim-RR, solicito a senhora secretária que faça a leitura do mesmo.

LEITURA DO OFÍCIO - Ofício número 049/2011/PJM-Bonfim-RR, 31 de Outubro de 2011. Ao Ilustríssimo Senhor Charles Wilson Calandriny Macêdo, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Prezado Senhor, em atendimento ao Ofício CPI/07/2011 e, tendo em vista tratarem-se de documentos pertencentes a este Município os ali solicitados, informamos que, estão sendo providenciadas cópias integrais dos processos, as quais ainda não foram concluídas em razão do feriado de 28/10/2011, impossibilitando o encaminhamento a esta Casa Legislativa até a presente data. Ademais, considera-se a responsabilidade da atual administração quanto à guarda e conservação de tais documentos, bem como a necessidade de disponibilização dos processos solicitados através das respectivas cópias. Desta feita, solicitamos seja confirmada a possibilidade de encaminhamento dos documentos solicitados por meio de cópias integrais, haja vista as razões aduzidas. Atenciosamente, Patrícia Alves Rocha, Procuradora Jurídica Municipal OAB/RR 484. Concluída a leitura do Ofício.

O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo - Comunico aos Senhores Vereadores que esta reunião foi convocada na reunião anterior, para colher o Depoimento do Senhor **Domingos Santana Silva**, Prefeito Municipal de Bonfim, nos termos do Mandado de Intimação n 002/2011, datado de 27/10/2011. No entanto, registramos o recebimento do Ofício PMB/GAB/Ofício n 105/2011, às 13.50h, na data de 31/10/2011, assinado pela Senhora **Cléia Evangelista Peres**, Chefe de Gabinete do Prefeito. Diante dos fatos determino a assessoria jurídica desta comissão que elabore novo mandado de intimação, sob pena do mesmo ser conduzido coercitivamente, para prestar depoimento. Convoco os senhores membros desta comissão para reunião no dia 03/11/11, às 9h, no Plenário desta Casa de Leis, na qual se farão presentes os senhores: **Josemar Ribeiro Batista, Geomara Costa Lima, Cléia Evangelista Peres, Denismar Horta Thomé, Jacilene Damasceno Uchôa, Maria Rejane de Souza Santana Silva, Francisco Ribeiro Peres Neto, Andréa Figueiredo de Oliveira e Raimundo Erivan de Queiroz**, para prestarem depoimentos **junto a esta Comissão.**

III – ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny

Macêdo – E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião pelo senhor Presidente, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Vereadores e encaminhada à publicação.

Charles Wilson Calandriny Macêdo

Presidente da CPI.

Cidraque Dias da Silva

Relator da CPI.

Hamilton da Silva

Membro da CPI

Aprovada em: 03/11/11

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/CPI, CRIADA NOS TEMOS DA RESOLUÇÃO Nº 007/2011, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Bonfim, sito a Rua XV de Novembro, nº 58, Centro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução nº 007/11, destinada para, nos termos do inciso XIV do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Bonfim, art. 50 e seus §§ do Regimento Interno da Câmara, e Requerimento, datado de 30 de agosto do corrente, de autoria de 1/3 dos Membros da Câmara deste Município, lido na Sessão Plenária do dia 13 de setembro do corrente, para investigar atos do Poder Executivo Municipal que culminaram com aquisição de bens e serviços, diante de irregularidades apontadas no Processo Licitatório conforme denúncia do Senhor **José Maria Barbosa da Silva**, RG Nº 3816747/SSP/PA e CIC nº 645.250.902-00. Sob a Presidência do Senhor Vereador **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Vereadores, **Cidraque Dias da Silva**, Relator e **Hamilton da Silva**, Membro.

I - ABERTURA DA REUNIÃO

Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão, proceder a leitura da Ata da reunião anterior. Antes de terminar a leitura da Ata o Senhor Vereador Hamilton da Silva, em questão de ordem, justificou a sua ausência na reunião do dia 31 de outubro do corrente, a qual esta sendo justificada nesta Ata. Em seguida foi concluída a leitura da Ata, sendo colocada em discussão, não havendo discussão a Ata foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros. Por determinação da Presidência desta Comissão, as falas serão transcritas na íntegra.

II – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny

Macêdo - Informo aos Senhores Vereadores Membros desta Comissão que esta reunião foi convocada para colher as oitavas dos Senhores: Geomara Costa Lima, Cléia Evangelista Peres, Denismar Horta Thomé, Jacilene Damasceno Uchôa e Josemar Ribeiro Batista. Informamos que a primeira depoente convocada e devidamente intimada, apesar de justificar através do PMB/GAB/OFÍCIO Nº 033/2011, sua ausência a mesma, não comprovou sequer com a Ordem de Serviço sua designação de seu compromisso em Brasília-DF, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, no período de 31 de outubro a 04 de novembro do corrente. Suspendo a reunião até as 10h nesta mesma data para oitiva da Senhora Cléia Evangelista Peres, convocada e devidamente intimada para este horário.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny

Macêdo – Às dez horas e vinte minutos dou por reaberto os trabalhos, informando o não comparecimento da Senhora Cléia Evangelista Peres para sua oitiva, marcada para às 10h sem nenhuma justificativa. Suspendo a reunião até às 11h nesta mesma data para oitiva do Senhor Denismar Horta Thomé, convocado e devidamente intimado para este horário.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny

Macêdo - Às onze horas e vinte minutos, dou por reaberto os trabalhos, informando o não comparecimento do Senhor Denismar Horta Thomé, para sua oitiva, marcada para às 11h sem nenhuma justificativa. Suspendo a reunião até às 14h, nesta mesma data para oitiva da Senhora Jacilene Damasceno Uchôa, convocada e devidamente intimada para este horário.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny

Macêdo – Às quatorze horas e vinte minutos, dou por reaberto os trabalhos, informando o não comparecimento da Senhora Jacilene Damasceno Uchôa, para sua oitiva marcada para às 14h sem nenhuma justificativa. Solicito à assessoria proceder leitura do Ofício nº 050/2011/PJM-Bonfim/RR, datado de 03 de novembro do corrente, da Procuradora Jurídica Municipal, encaminhado pela Senhora Patrícia Alves Rocha.

Leitura do Ofício - Ofício nº 050/2011/PJM-Bonfim/RR, Bonfim 03 de novembro de dois mil e onze, ao Ilustríssimo Senhor **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI. Prezado Senhor, tendo em vista os documentos protocolados junto ao gabinete, às doze horas e quinze minutos, de primeiro de novembro de dois mil e onze, na sede desta Prefeitura, os quais vieram ao conhecimento desta Procuradoria nesta data, sirvo-me do presente para tecer alguns esclarecimentos a Vossa Senhoria. 1- Esta Comissão Parlamentar de Inquérito está encaminhando, via Chefe de Gabinete, intimações destinadas a terceiros, conforme documentos protocolados no horário e data mencionados acima. 2- Ocorre que como Servidora Pública, não compete a esta o ofício de se deslocar de suas funções, afim de localizar os interessados, cabendo a esta Comissão a função de se efetivar as Intimações nas respectivas Secretarias. 3 - Ademais, insta destacar que tendo em vista as previsões contidas no artigo terceiro da Lei 1579 de 1952, as Intimações de Indiciados e Testemunhas ocorreram em consonância com as prescrições estabelecidas na Legislação Penal. 4 - Desta feita, tendo em vista que os Depoimentos são pessoais, as Intimações também o são, constituindo Ato nulo as que não forem efetivamente realizadas pessoalmente, conforme no presente caso. 5 - Assim, a delegação a Servidor Público da função de Intimação das partes efetivada pela própria Comissão Parlamentar de Inquérito, está causando imbróglio quanto às investigações, e postergando os atos desta Comissão. Finalmente, afim de se evitar nulidades no procedimento instaurado, bem como, para o fiel cumprimento das funções atinentes às Comissões Parlamentares de Inquérito, requer-se que as Intimações procedam-se pessoalmente, nos termos da Legislação Penal e em tempo hábil, não devendo as mesmas serem encaminhadas a pessoas distintas das interessadas/intimadas. Atenciosamente, Patrícia Alves Rocha, Procuradora Jurídica Municipal, OAB/RR 484. (Lido Senhor Presidente)

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Tendo em vista o Ofício lido anteriormente, suspendo os trabalhos até às dezesseis horas.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Às quinze horas e trinta minutos dou por reaberto os trabalhos desta Comissão e informo aos Senhores Membros que atendendo determinação desta Comissão encontra-se nas dependências desta Casa, o Senhor Josemar Ribeiro Batista, Presidente Comissão de Licitação deste Município, convocado para prestar Depoimento quanto as irregularidades nos Processos Licitatórios para aquisição de bens e serviços, realizados no exercício de 2009. Solicito que o Senhor Josemar Ribeiro Batista seja conduzido ao Plenário desta Comissão. Neste momento faremos a Leitura da ficha de Identificação do depoente. Local: Palácio Cajazeiras, Câmara Municipal de Bonfim. Horário: 15.30. Declarante, Nome: Josemar Ribeiro Batista. RG: 63.147/SSP/RR. CIC: 199 930 802 68. Filiação: José Pinheiro Batista e Mardete das Graças R. Batista. Data de nascimento: 15/11/1968. Profissão: Funcionário Público Comissionado. Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: Roraimense. Estado civil: Solteiro. Endereço residencial: Rua General Penha Brasil, 1190 – São Francisco/ Conjunto Habitacional – Bonfim.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo - Solicito que o depoente preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado. Convido a todos que fiquem de pé para ouvirmos o compromisso do depoente.

O Senhor Depoente, **Josemar Ribeiro Batista** – “Faço sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Com a palavra o Senhor Relator, **Cidraque Dias da Silva**, para formular os questionamentos que achar necessário e inquirir o Depoente.

Depoimento: O apanhado do Depoimento do Senhor Josemar Ribeiro Batista, será transcrito na íntegra no Termo de Depoimento, o qual será acostado nos autos do Processo da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Dou por concluído o Depoimento do **Senhor Josemar Ribeiro Batista**.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Informo aos Senhores Membros desta Comissão, que conforme acordo com o Senhor depoente será feita uma cópia da Fita K-7 que foi gravado o depoimento do mesmo, sendo que a primeira fita será lacrada e rubricada pelo Senhor Depoente e os Senhores membros da Comissão e, a segunda fita será usada para transcrição do depoimento.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos informamos o não comparecimento do Senhor Prefeito deste Município, Senhor **Domingos Santana Silva**, determinado nos Termos do Mandado de Condução Coercitiva, datado de 31 de outubro do corrente.

III – ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo – Reconvoco os Senhores Vereadores Membros desta Comissão para se fazerem presentes na reunião do dia 04 de novembro do corrente, às 9 horas e 30 minutos, no Plenário deste Poder. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião pelo senhor Presidente, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Vereadores e encaminhada à publicação.

Charles Wilson Calandriny Macêdo
 Presidente da CPI.

Cidraque Dias da Silva
 Relator da CPI.

Hamilton da Silva
 Membro da CPI

Aprovada em: 04/11/11

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/CPI, CRIADA NOS TEMOS DA RESOLUÇÃO Nº 007/2011, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às dez horas e vinte minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Bonfim, sito a Rua XV de Novembro, nº 58, Centro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução nº 007/11, destinada para, nos termos do inciso XIV do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Bonfim, art. 50 e seus §§ do Regimento Interno da Câmara, e Requerimento, datado de 30 de agosto do corrente, de autoria de 1/3 dos Membros da Câmara deste Município, lido na Sessão Plenária do dia 13 de setembro do corrente, para investigar atos do Poder Executivo Municipal que culminaram com aquisição de bens e serviços, diante de irregularidades apontadas no Processo Licitatório conforme denúncia do Senhor **José Maria Barbosa da Silva**, RG Nº 3816747/SSP/PA e CIC nº 645.250.902-00. Sob a Presidência do Senhor Vereador **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Vereadores, **Cidraque Dias da Silva**, Relator e **Hamilton da Silva**, Membro.

I - ABERTURA DA REUNIÃO

Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão, proceder a leitura da Ata da reunião anterior. Após a leitura a Ata foi colocada em discussão, não havendo discussão foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros. Por determinação da Presidência desta Comissão, as falas serão transcritas na íntegra.

II – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Senhores Vereadores atendendo determinação desta Comissão encontra-se nas dependências desta Casa, a Senhora **Andréa Figueiredo de Oliveira**, secretária da Comissão Permanente de Licitação deste Município, convocada para prestar Depoimento quanto às irregularidades nos Processos Licitatórios para aquisição de bens e serviços, realizados no exercício de 2009. Comunico que a mesma estava convocada para as 16h, no entanto se dispôs a prestar seu depoimento neste momento. Solicito que a Senhora **Andréa Figueiredo de Oliveira** seja conduzida ao Plenário desta Comissão. Neste momento faremos a leitura da Ficha de Identificação da depoente. Local: Palácio Cajazeiras, Câmara Municipal de Bonfim. Horário: 10h. Declarante, Nome: **Andréa Figueiredo de Oliveira**. RG: 210 640/SSP/RR. CPF: 733 356 492 49. Filiação: Francisco Soares de Oliveira e Virginia Figueiredo de Oliveira. Data de nascimento: 30/04/1982. Profissão: Agente administrativo. Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: Boa Vista/RR. Estado Civil: União Estável. Endereço residencial: Rua Roraima, 428 – Centro, Bonfim/RR. Assinada por **Andréa Figueiredo de Oliveira**.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo - Solicito que a depoente preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado. Convido a todos que fiquem de pé para ouvirmos o compromisso da depoente.

A Senhora Depoente, Andréa Figueiredo de Oliveira – “Faço sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Informamos que esta reunião está sendo gravada em fita K-7 e que após o término do depoimento será reproduzida cópia para ser lacrada e rubricada pela Senhora depoente e pelos membros da Comissão, a primeira fita será degradada para transcrição da Ata e do depoimento. Com a palavra o Senhor Relator, Vereador **Cidraque Dias da Silva**, para formular os questionamentos que achar necessário e inquirir a Depoente.

Depoimento: O apanhado do Depoimento da Senhora **Andréa Figueiredo de Oliveira**, será transcrito na íntegra no Termo de Depoimento, o qual será acostado nos autos do Processo da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Dou por concluído o Depoimento da Senhora **Andréa Figueiredo de Oliveira**. Solicito que a Senhora **Andréa Figueiredo de Oliveira** permaneça nas dependências da Casa para assinar seu depoimento.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Suspendo a reunião pelo tempo necessário para transcrição do depoimento.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Às dezessete horas e quinze minutos dou por reaberto os trabalhos desta Comissão, informo que deu entrada nesta data Ofício de número 034 de 2011, solicito ao Senhor Vereador **Hamilton** que faça a leitura do mesmo,

O Senhor Vereador Hamilton – Prefeitura Municipal de Bonfim, Gabinete, Ofício nº 034/2011, Bonfim, Roraima, 04 de novembro de 2011, ao Ilustríssimo Senhor **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente da CPI, Ilustríssimo Senhor, com os cumprimentos a Vossa Senhoria, sirvo-me do presente para, tendo em vista o Mandado de Intimação nº 004/2011 protocolado em 31 de outubro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, informar que a Senhora **Cléia Evangelista Peres**, Chefe de Gabinete do Prefeito, não pôde comparecer no Plenário desta Casa, no dia 03 de novembro de 2011, às 10 horas, por motivos de saúde, conforme Atestado Médico em anexo. Atenciosamente, **Rosicleide Rodrigues**, Auxiliar Administrativo.

III – ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo – Convoco os Senhores Vereadores Membros desta Comissão para se fazerem presentes na reunião do dia 09 de novembro do corrente, às 9 horas, neste Plenário. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião pelo Senhor Presidente, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Vereadores e encaminhada à publicação.

Charles Wilson Calandriny Macêdo
 Presidente da CPI.

Cidraque Dias da Silva
 Relator da CPI.

Hamilton da Silva
 Membro da CPI

Aprovada em: 09/11/11

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/CPI, CRIADA NOS TEMOS DA RESOLUÇÃO Nº 007/2011, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às onze horas e dez minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Bonfim, sito a Rua XV de Novembro, nº 58, Centro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos da Resolução nº 007/11, destinada para, nos termos do inciso XIV do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Bonfim, art. 50 e seus §§ do Regimento Interno da Câmara, e Requerimento, datado de 30 de agosto do corrente, de autoria de 1/3 dos Membros da Câmara deste Município, lido na Sessão Plenária do dia 13 de setembro do corrente, para investigar atos do Poder Executivo Municipal que culminaram com aquisição de bens e serviços, diante de irregularidades apontadas no Processo Licitatório conforme denúncia do Senhor **José Maria**

Barbosa da Silva, RG N° 3816747/SSP/PA e CIC n° 645.250.902-00. Sob a Presidência do Senhor Vereador **Charles Wilson Calandriny Macêdo**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Vereadores, **Cidraque Dias da Silva**, Relator e **Hamilton da Silva**, Membro.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

Havendo Quorum Regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à assessoria desta Comissão, proceder a leitura da Ata da reunião anterior. Após a leitura a Ata foi colocada em discussão, não havendo discussão foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros. Por determinação da Presidência desta Comissão, as falas serão transcritas na íntegra.

II – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Senhores Vereadores atendendo determinação desta Comissão encontra-se nas dependências desta Casa, a Senhora Geomara Costa Lima, Secretária de Saúde deste Município, convocada para prestar Depoimento quanto às irregularidades nos Processos Licitatórios para aquisição de bens e serviços, realizados no exercício de 2009. Comunico que a mesma estava convocada para as 10 horas, no entanto compareceu nesta Casa somente às 11 horas para prestar seu depoimento. Solicito que a Senhora **Geomara Costa Lima** seja conduzida ao Plenário desta Comissão.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo - Informo que a Senhora Depoente encontra-se acompanhada de seu Advogado, Doutor Paulo Luiz de Moura Holanda, OAB n° 481. Solicito ao Senhor Vereador Hamilton da Silva que faça a leitura da Ficha de Identificação da mesma.

O Senhor Vereador Hamilton da Silva - Local: Palácio Cajazeiras, Câmara Municipal de Bonfim. Horário: 11h. Data: 09/11/2011. Declarante, nome: **Geomara Costa Lima**. RG: 110 285 SSP/RR. CPF: 382 893 692 04. Filiação: Getúlio Lima e Geomara Costa Lima. Data de nascimento: 08/07/1974. Profissão: Funcionária Pública. Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: Boa Vista-RR. Estado Civil: Casada. Endereço residencial: Rua Jairo Pinho de Oliveira, 72, bairro: Getúlio Vargas, Bonfim/RR. Assinada por **Geomara Costa Lima**. (Lida Senhor Presidente).

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo - Solicito que a depoente preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvirmos o compromisso da Depoente **Geomara Costa Lima**.

A Senhora Depoente, Geomara Costa Lima – “Faço sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Informamos que esta reunião está sendo gravada em CD e fita K-7. Sendo que a fita K-7, após o término do depoimento será lacrada e rubricada pela Senhora Depoente e pelos Membros da Comissão e, o CD será usado para transcrição da Ata. Com a palavra o Senhor Relator, Vereador Cidraque Dias da Silva, para formular os questionamentos que achar necessário e inquirir a Depoente.

O Senhor Relator estando com a palavra fez os questionamentos que achou necessário.

Durante os questionamentos usou da palavra o Senhor Presidente. Quanto ao Vereador Hamilton da Silva não se pronunciou.

O Senhor Relator satisfeito com a oitava da Senhora Geomara Costa Lima, encerrou sua fala.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Dou por concluído o Depoimento da Senhora **Geomara Costa Lima**. Solicito a senhora que permaneça nas dependências da Casa para assinar seu depoimento. Senhores Vereadores, informo que o depoimento da Senhora **Geomara Costa Lima**, será acostado nos autos do Processo da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI. Suspendo os trabalhos pelo tempo necessário para aguardar a próxima oitava.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Às treze horas e quarenta minutos dou por reabertos os trabalhos desta Comissão.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Senhores Vereadores atendendo determinação desta Comissão encontra-se nas dependências desta Casa, a Senhora **Jacilene Damasceno Uchôa**, Secretária de Administração deste Município, convocada para prestar Depoimento quanto às irregularidades nos Processos Licitatórios para aquisição de bens e serviços, realizados no

exercício de 2009. Solicito que a Senhora **Jacilene Damasceno Uchôa** seja conduzida ao Plenário desta Comissão.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo - Informo que a Senhora Depoente encontra-se acompanhada de seu Advogado, Doutor Paulo Luiz de Moura Holanda, OAB n° 481. Solicito ao **Senhor Vereador Hamilton da Silva** que faça a leitura da Ficha de Identificação da depoente.

O Senhor Vereador Hamilton da Silva - Local: Palácio Cajazeiras, Câmara Municipal de Bonfim. Horário: 11h e 52min. Data: 09/11/2011. Declarante, nome: **Jacilene Damasceno Uchôa**. RG: 103 027 SSP/RR. CPF: 381 894 102 53. Filiação: Januario Barroso Uchôa e Cibele Damasceno Uchôa. Data de nascimento: 25/06/1972. Profissão: Administradora. Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: Boa Vista-RR. Estado civil: solteira. Endereço residencial: Rua Francisco Araújo Veras, s/n° – Bonfim/RR e Rua Tacutu, 394, bairro São Vicente, Boa Vista/RR. Assinada por **Jacilene Damasceno Uchôa**. (Feita a leitura Senhor Presidente).

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo - Solicito que a depoente preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade e o que lhe for perguntado. Convido a todos que fiquem de pé para ouvirmos o compromisso da depoente.

A Senhora Depoente, Jacilene Damasceno Uchôa – “Faço sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Informamos que esta reunião está sendo gravada em CD e fita K-7. Sendo que a fita K-7, após o término do depoimento será lacrada e rubricada pela Senhora Depoente e pelos Membros da Comissão e, o CD será usado para transcrição da Ata. Com a palavra o Senhor Relator, Vereador Cidraque Dias da Silva, para formular os questionamentos que achar necessário e inquirir a Depoente.

O Senhor Relator estando com a palavra fez os questionamentos que achou necessário.

Durante os questionamentos usou da palavra o Senhor Presidente. Quanto ao Vereador Hamilton da Silva não se pronunciou.

O Senhor Relator satisfeito com a oitava da Senhora Jacilene Damasceno Uchôa, encerrou sua fala.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Dou por concluído o Depoimento da Senhora **Jacilene Damasceno Uchôa**. Solicito que a senhora que permaneça nas dependências da Casa para assinar seu depoimento. Senhores Vereadores, informo que o depoimento da Senhora **Jacilene Damasceno Uchôa**, será acostado nos autos do Processo da Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI. Suspendo os trabalhos pelo tempo necessário para aguardar a próxima oitava.

O Senhor Presidente, Charles Wilson Calandriny Macêdo – Às 18h e 20min dou por reaberto os trabalhos desta Comissão, informando que os senhores depoentes Maria Rejane de Souza Santana Silva, com a oitava marcada para as 16h e o senhor Newton Figueiredo Brashe para a oitava às 17h, não compareceram. Informo que deu entrada nesta data Ofício n° 173/2011, da Câmara Municipal de Bonfim, bem como, Resolução n° 009/2011, solicito ao Senhor Vereador Hamilton da Silva que faça a leitura dos mesmos. (Foram feitas as leituras dos documentos em epígrafe).

III – ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente Charles Wilson Calandriny Macêdo – Convoco os Senhores Vereadores Membros desta Comissão para se fazerem presentes na reunião do dia 10 de novembro do corrente, às 9 horas e 30 minutos, momento em que ocorrerão as oitavas dos Senhores: Francisco Ribeiro Peres Neto, às 10h; Raimundo Erivan de Queiros, às 11h; e Alaliana Macêdo do Nascimento, às 14h, neste Plenário. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião pelo Senhor Presidente, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Vereadores e encaminhada à publicação.

Charles Wilson Calandriny Macêdo
Presidente da CPI.

Cidraque Dias da Silva

Relator da CPI.

Hamilton da Silva

Membro da CPI

Aprovada em: 10/11/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

